



**APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO**

**Identificação do Programa**

Área Básica: DIREITO  
Nível (is): MESTRADO ACADÊMICO  
IES: EPM / ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA – SP

**Identificação da Instituição**

Nome: EPM / ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA  
Endereço: Rua da Consolação, 1483 - 2º andar  
Bairro: Cerqueira César  
Cidade: São Paulo / SP  
CEP: 01301-100  
E-Mail institucional: [epm@tj.sp.gov.br](mailto:epm@tj.sp.gov.br)  
Telefone: 11 3255-0815  
Fax: 11 3258-5912  
CGC: 51.174.001/0001-93  
Esfera administrativa: Estadual

*Apresento o 1º projeto de mestrado de mestrado em Direito da Escola da Magistratura no*

**Identificação da Proposta**

Nome do programa: DIREITO  
Área básica: DIREITO  
Área de Avaliação: DIREITO  
Tem graduação na área ou área afim? Não  
Ano início da graduação: --

*Brand,  
Palmas (TO),  
26/04/2016  
[Signature]*

**Nível(eis)**

Nível	Situação	Histórico do curso no CEE
MESTRADO ACADÊMICO	Em Projeto	Proposta nova (apresentado pela 1ª vez)



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

### Identificação dos Dirigentes

<b>Dirigente (Diretor)</b>		
<b>Tipo Documento</b>	<b>Número</b>	<b>Nome</b>
CPF	479.385.288-20	ANTONIO RULLI JÚNIOR
<b>Telefone</b>	<b>E-Mail Institucional</b>	
11 3214-0330	diretoria.epm@tj.sp.gov.br	

<b>Vice-Diretor</b>		
<b>Tipo Documento</b>	<b>Número</b>	<b>Nome</b>
CPF	025.934.088-04	PEDRO LUIZ RICARDO GAGLIARDI
<b>Telefone</b>	<b>E-Mail Institucional</b>	
11 3257-2019	epm@tj.sp.gov.br	

<b>Coordenador do Programa</b>		
<b>Tipo Documento</b>	<b>Número</b>	<b>Nome</b>
CPF	47938528820	ANTONIO RULLI JÚNIOR
<b>Telefone</b>	<b>E-Mail Institucional</b>	
11 3214-0330	diretoria.epm@tj.sp.gov.br	



## Infraestrutura Administrativa e de Ensino e Pesquisa

**Dispõe de infra-estrutura exclusiva para o programa?** Sim

**Salas para docentes?** Sim -Quantas: 1

**Sala para alunos equipadas com computadores?** Sim - Quantas: 4

**Laboratório para pesquisa - recursos disponíveis:**

*Não há, no momento. Porém, temos a perspectiva de, num futuro breve, montarmos sala específica de trabalho e orientação dos alunos.*

**Biblioteca ligada a rede mundial de computadores?** Sim -Quantidade de computadores: 5

### Biblioteca:

#### Caracterização do acervo

#### Dados gerais (Número de livros, periódicos e áreas nas quais eles se concentram)

*Possui em seu acervo aproximadamente 7.500 (sete mil e quinhentos) títulos, todos na área do Direito, considerando-se neste o número de livros (inclusive de natureza estrangeira), revistas, periódicos (Revista do TJ, Revista dos Tribunais e Legislações Federal e Estadual), monografias apresentadas pelos alunos dos cursos de Especialização, fitas de áudio e vídeo, CDs-ROM e DVDs aqui constantes. Importante ressaltar que todos os alunos de nossos cursos de Especialização, além dos demais cursos aqui promovidos, têm acesso a este acervo, ficando a biblioteca aberta em horário compatível ao das aulas. Ademais, há quatro funcionários responsáveis pelo atendimento exclusivo ao corpo discente e que estão prontamente dispostos no auxílio às consultas que lhes são solicitadas, podendo o aluno, se assim o desejar, fazer a consulta ele próprio por meio do programa FOLIO, a fim de verificar a existência ou não de determinada obra no acervo.*

*Considerando ainda as necessidades de nossos alunos e pretendendo aprimorar ainda mais seu atendimento, encontramos-nos em processo de implantação de novo sistema, disponibilizado desde janeiro do corrente pelo serviço de uma empresa terceirizada, a fim de possibilitar consulta de obras pela internet e intranet (esta disponível apenas aos funcionários e Magistrados do TJ-SP). Tal inovação vem auxiliando sobremaneira o célere acesso do corpo discente às obras aqui disponíveis.*

### Financiamentos:

*Os seus recursos financeiros são oriundos, basicamente, do orçamento do Poder Judiciário, que lhe dota, anualmente, verba necessária ao desenvolvimento de suas atividades e possui serviços de secretaria e infraestrutura necessárias aos seus objetivos. O art. 2º da Resolução 24/88 estabelece expressamente que os encargos financeiros da Escola devem ser satisfeitos por dotações orçamentárias e outros recursos para tanto destinados, pelo próprio Tribunal de Justiça. Além disso, está em vigor a Lei Estadual nº 8.876, de setembro de 1994, que institui um Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Justiça, que em seu artigo 2º diz:*

*"Artigo 2º - Sem prejuízo das dotações consignadas no orçamento, o Fundo a que se refere o artigo anterior tem por finalidade assegurar recursos para expansão e aperfeiçoamento da atividade jurisdicional, visando ampliar o acesso à Justiça, provendo recursos, em especial, para as seguintes atividades:..."*

*Com as verbas oriundas da previsão orçamentária do Tribunal de Justiça, por conseguinte, a Escola Paulista da Magistratura, doravante denominada EPM, cobre despesas referentes aos Cursos de Iniciação Funcional e os cursos de idiomas restritos a Magistrados.*

*Oportuno frisar que os Cursos de Especialização, atualmente abertos a todos os operadores do direito, são dotados, também, mediante cobrança de mensalidade, cujo valor é estipulado pela Diretoria, atendendo exclusivamente o objetivo de cobrir os custos e viabilizar a realização das atividades.*

*Todavia, as importâncias pagas pelos alunos são diretamente recolhidas ao Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Justiça, mediante depósito no banco Nossa Caixa e registradas pela Secretaria de Orçamento e Finanças do TJ de SP, em nome da EPM.*

*Assim, cabe destacar que, no que se refere ao aspecto financeiro, a EPM não dispõe de autonomia para movimentar livremente as importâncias que arrecada. Todo o excedente financeiro é destinado ao poder público estadual, estando guardado e gerido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, só podendo ser liberadas verbas para*



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

a Escola, ainda que por ela arrecadadas, com expressa autorização da Presidência desse órgão, mantenedora da Escola. Ademais, de acordo com o Estatuto da EPM, artigo 4º, §3º, os Desembargadores Diretor e Vice-Diretor, bem como os membros do Conselho Consultivo e de Programas não percebem qualquer remuneração pelo exercício de suas funções. Desta forma, na eventual hipótese de encerramento das atividades de Pós-Graduação, todo o seu patrimônio será convertido para sua mantenedora (o TJ-SP).

As despesas oriundas com o Programa de Mestrado Acadêmico aqui proposto, mormente no que se refere ao pagamento dos professores, serão igualmente cobertas mediante cobrança de mensalidades de seu corpo discente. Todas as demais despesas (como aquisição de materiais ou bens permanentes, como novos mobiliários, lousa etc) são custeadas mediante compra diretamente pela EPM, tomada a devida pesquisa de preço ou, se o caso, processo licitatório no próprio Tribunal de Justiça de São Paulo.

Importante ainda frisar que, em determinados eventos e cursos, a EPM promove parceria com outras instituições, tais como a APAMAGIS - Associação Paulista dos Magistrados, ESA - Escola Superior de Advocacia, UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, o que enseja a democratização da informação e do conhecimento, haja vista que ocorre uma ampliação de seu público-alvo, que deixa de ser restrito somente aos bacharéis em Direito, assumindo um caráter interdisciplinar.

### Informações adicionais:

A Escola Paulista da Magistratura fica situada em região de fácil acesso e conta com projeto de ampliação de suas instalações físicas, visando uma melhoria de infraestrutura. Tem hoje três andares específicos, em prédio próprio, com estacionamento disponível a seu corpo docente e aos alunos.

Sua entrada passou por recente reforma, destacando-se a construção de rampa de acesso às pessoas portadoras de deficiência.

Os elevadores também sofreram recente troca, para modelos mais modernos, com identificação dos andares em linguagem braille.

No 2º andar, encontramos a Secretaria, sempre preparada para dar pronto atendimento às necessidades dos alunos e aparelhada com recursos de informática, tendo passado por uma adequação de suas instalações e aquisição de novos armários, aparelhos de fax (três), máquinas de xerox (três, sendo uma delas colorida e com capacidade para imprimir cartazes e certificados), notebooks (cinco). O acesso à rede mundial de computadores (Internet) pode ser efetivado em todas as máquinas, estando duas delas disponíveis aos alunos.

Também no 2º andar encontramos as Salas da Diretoria; da Vice-Diretoria; Sala do Coordenador Geral Pedagógico; do Coordenador da Secretaria e do Setor Financeiro; da Imprensa, do Cerimonial e Relações Públicas; Sala dos Professores; Biblioteca e Auditório. Em todas estas salas também há computadores com Internet, instalações confortáveis e, principalmente, espaço para reunião e atendimentos aos alunos.

Seu antigo Laboratório de Informática foi desativado temporariamente, em virtude da implantação de novo sistema - maior e melhor - de rede em todo o Tribunal de Justiça, o que trará no futuro uma sensível melhora da infraestrutura de informática.

Há no 1º e 3º andares um total de 16 (dezesesseis) salas de aula disponíveis, com aproximadamente 30 (trinta) cadeiras ergonômicas em cada, além dos auditórios com capacidade, respectivamente, para 100 (cem) e 150 (cento e cinquenta) pessoas. Todas dispõem de moderna aparelhagem de ar -condicionado e quadro-branco. Em algumas salas, os alunos têm aparelhos eletrônicos de suporte (televisão, vídeo, DVD, mixer, MDS e aparelhagem de som, incluindo caixas acústicas e microfones sem fio e de lapela) à disposição para uso nos seminários, além de terem acesso aos equipamentos de projeção de slides, datashow, telão e retroprojetores. Outras 04 (quatro) salas são usadas para arquivo geral. Também há espalhados nos andares bebedouros e quadros de avisos.

No que tange a eventos de grande porte, em que é necessária a reunião de muitas pessoas, a Escola construiu um auditório, no 2º andar, com adequada capacidade e comodidade: 160 (cento e sessenta) lugares, com ar-condicionado e aparelhos à disposição para uso por parte dos palestrantes. Nele, ainda, vêm sendo proporcionadas aulas mediante sistema de webcasting, o que trouxe importante acesso aos Magistrados domiciliados em outras cidades do Estado de São Paulo, além de eventos e cursos ministrados em parceria com outras Escolas da Magistratura do país.

Além deste e dos auditórios do 1º e 3º andares, a EPM também utiliza outro, localizado no Gabinete Unificado dos



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

Desembargadores, pertencente ao Tribunal de Justiça, este com capacidade para 140 (cento e quarenta) pessoas.

Outros andares do edifício onde está sediada a instituição estão sendo, gradativamente, disponibilizados pelo Tribunal de Justiça para a Escola, que possui projetos de expansão. Dependem, todavia, de remanejamento de demais Setores e Departamentos ligados ao TJ-SP para outros prédios, o que está em fase de planejamento.

Os andares já disponibilizados para uso exclusivo dos cursos da Escola (1º e 3º) passaram por reforma em sua estrutura física, com novas divisórias e carpete, além dos aparelhos de ar-condicionado e eletrônicos de suporte já mencionados.

Conta a Escola da Magistratura, ainda, com apoio da biblioteca do próprio Poder Judiciário, localizada no 5º andar do Prédio do Palácio da Justiça, centro de São Paulo, sendo a do Tribunal de Justiça uma das maiores da América Latina, com complexo acervo no campo do Direito. Possui, aproximadamente, 170.000 (cento e setenta mil) títulos, englobando livros, periódicos, revistas, jornais e CDs-ROM. A Biblioteca dispõe, para apoio da catalogação e da consulta, de equipamentos de informática, proporcionando aos consulentes ampla sala de leitura.

Ademais, conforme ressaltado, conta igualmente com biblioteca no próprio prédio da Escola (2º andar), o que facilitou sobremaneira o acesso dos alunos ao material de estudo proposto pelos professores.

Aos eventuais portadores de necessidades especiais, conforme descrito anteriormente, a Escola disponibiliza vagas de garagem reservadas e acesso aos andares por elevador privativo, bem como outras facilidades, como rampa de acesso na entrada do prédio.

Com a finalidade de atingir a comunidade interna e a sociedade em geral, foi criado o site (que está em vias de reestruturação, visando atualizações, como o acesso dos professores à 'sala dos professores', link para divulgação de comunicados internos gerais e específicos a cada curso, implantação de sistema que permita o envio de e-mails a todos os alunos cadastrados, além da garantia de acesso às Dissertações futuramente apresentadas nesta instituição, dentre outras providências) e são elaborados cartazes de divulgação de novos cursos. Ademais, todos os eventos são oficialmente divulgados por meio do Diário de Justiça Eletrônico (Poder Judiciário). Há publicação de revista semestral com artigos de doutrina (Revista da EPM) e bimestral com jurisprudência recente (Cadernos Jurídicos), de questões de interesse geral, inclusive sentenças de Primeira Instância. Há, ainda, publicação de revista mensal com matérias de cunho cultural e de interesse institucional (Diálogos & Debates).



## Contextualização institucional e regional da proposta

A Escola Paulista da Magistratura foi criada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em cumprimento ao preceito estabelecido no artigo 93, inciso II, alínea "c" e inciso IV da Constituição Federal, tendo seus estatutos publicados no Diário Oficial do Estado aos 08 de dezembro de 1988. É uma entidade mantida e dirigida pelo Tribunal, sendo, portanto, vinculada ao poder público estadual e tem como finalidade precípua a preparação à carreira de Juiz e o aprimoramento cultural da Magistratura. Tem sede própria na Capital de São Paulo, à Rua da Consolação, nº 1483, 1º, 2º e 3º andares.

Diante das atuais disposições do ordenamento jurídico e das incessantes transformações pelas quais a sociedade vem passando, necessário se faz um preparo mais eficiente dos operadores do Direito, a fim de verdadeiramente torná-los agentes transformadores do novo cenário do momento, utilizando-se de referência interpretativa e critérios axiológicos eleitos pela ordem jurídica, delimitando campos para a sua aplicação, com as peculiaridades do caso concreto à realidade atual.

Neste contexto, objetivando, primordialmente, a autorização para ministrar cursos de Pós-Graduação "Lato Sensu", seu Desembargador Diretor à época solicitou o credenciamento no Conselho Estadual de Educação, obtendo o respectivo deferimento pelo Parecer CEE nº 95/2001, tornado efetivo pela Presidência do CEE pela Portaria CEE/GP 140, de 13 de junho de 2001. Tal inovação teve hercúleos reflexos na comunidade jurídica não só de São Paulo, como também repercussão Brasil afora. Tanto é que os mesmos passos foram galgados por outras Escolas de Magistratura. Após o prazo regular, obteve seu credenciamento por prazo adicional de 05 (cinco) anos perante aquele Órgão, por meio do Parecer CEE nº 274/2006, Portaria CEE/GP 227, de 26 de junho de 2006 (publicada no DOE Seção I, página 19 em 27/06/2006).

Não obstante todos os requisitos legais terem sido cumpridos, visando maior credibilidade e segurança a seu corpo discente, a gestão anterior protocolou perante o MEC projeto de credenciamento como instituição especialmente credenciada para oferta de cursos *lato sensu*, que culminou em decisão favorável, pelo prazo de três anos, determinada por meio da Portaria MEC nº 541, de 31/05/2007 (publicação no DOU Seção I, página 12, em 01/06/2007). Igualmente, outras Escolas têm procurado desenvolver semelhantes propostas em seus Estados.

É, portanto, uma IES atípica, visto se tratar de escola vinculada ao Poder Judiciário de São Paulo, Setor mantido pelo TJ-SP, que, preocupada com a formação do meio jurídico, atentã as suas necessidades mais prementes e, mais ainda, com o intuito de promover o aprofundamento e acesso à educação de qualidade a um número cada vez maior de interessados, procurou desenvolver programas em nível *lato sensu*. Todos os cursos de Especialização desta instituição vêm sendo realizados com êxito, ajudando não só no aperfeiçoamento dos magistrados, como de todos os demais membros da comunidade jurídica que aqui estudam.

A linha histórica acima traçada demonstra a preocupação que a Escola Paulista da Magistratura tem vislumbrando uma melhor formação daqueles que compõem seu corpo discente.

Importante considerar a inserção regional da EPM. Sua sede está situada na cidade de São Paulo, conhecida como uma das maiores metrópoles mundiais e pólo financeiro e cultural do País. Aqui se concentram alguns dos maiores complexos industriais e econômicos, o que, por conseguinte, fez com que surgissem e se desenvolvessem serviços mais sofisticados e eficazes de armazenamento, circulação, divulgação e transformação de produtos e informações.

Neste contexto, mister se faz que a Escola procure evoluir e acompanhar o desenvolvimento não só tecnológico, mas também econômico e social, além de assumir uma nova concepção de homem / mundo / sociedade / educação.

Propõe-se, então, um ensino de qualidade, sério, que verdadeiramente procure alcançar o aprofundamento na formação acadêmica de seu corpo discente e, mais do que isso, busque um



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

indivíduo que se perceba como sujeito transformador da sociedade, nela incluído socialmente, e uma educação que fomente os valores de integridade e honestidade que, por certo, ainda existem em cada ser humano.

Eis, pois, o cuidado que a EPM deve ter para com não somente os profissionais do Direito que aqui vivem e atuam. Afinal, tendo este modelo de escola e esta filosofia de ensino, outras Escolas de Direito buscarão, também, esse mesmo aprofundamento e resgate de valores, possibilitando, proporcionalmente, uma melhoria significativa na qualidade dos serviços público e privado prestados a toda a sociedade e, como consequência direta, uma justiça mais próxima daquilo a que se propõe: fazer justiça de fato.

Todavia, é importante considerar que a experiência com o ensino em nível *lato sensu* fez com que, paulatinamente, novas idéias e ideais surgissem, estes hoje configurados em termos de linhas de pesquisa. Ademais, e aqui voltamos mais ainda no tempo, o contato que não somente os alunos, mas também professores tiveram em nível de Graduação ao estudar Direito, demonstra a necessidade quase enfática que se tem de procurar cada vez mais o aperfeiçoamento e a busca por um conhecimento de qualidade, reflexivo, crítico, articulado com a realidade social. Afinal, quanto mais estudamos mais nos percebemos ignorantes e, contraditória, porém consequentemente, nos vemos com mais necessidade ainda de aprofundarmos nosso campo cognoscível. Afinal, já dizia Sócrates: "Só sei que nada sei". Eis, portanto, a razão de ser da presente proposta: seguir um passo à frente no caminho da Educação até agora percorrido.

*Stricto sensu* é uma expressão em latim que significa "em sentido restrito". Sendo assim, a idéia de se propor programas *stricto sensu* é exatamente o de aplicar métodos rigorosos de pesquisa e trazer à tona a formulação de problemas não pensados anteriormente, que possam, mediante um repensar, ter em si a raiz de sua solução, além de enfatizar o aprofundamento da formação científica ou profissional conquistada na graduação e o estímulo à pesquisa.

Mais ainda: a EPM pretende proporcionar não somente inclusão social (na medida em que procura formar sujeitos ativos e conscientes de sua articulação com o mundo, independentemente de sua condição social, física ou financeira), mas desvelar a responsabilidade de reflexão crítica sobre o status da sociedade como um todo e as possíveis modificações no pensar e na prática jurídica, que levem os educandos à descoberta de respostas às necessidades e exigências de seu contexto sócio-histórico. Eis, pois, o perfil de aluno que se almeja, enquanto ainda membro integrante do corpo discente e, sobretudo, quando egresso

Ademais, o mestrado acadêmico trará maior entendimento entre os Magistrados e a sociedade, atingindo uma cidadania comum e plena, solidificando os valores éticos e democráticos, além de possibilitar o estudo comparado nas áreas do direito e melhorar a qualidade dos nossos juízes na própria administração judicial e de relações públicas governamentais.

Formará juízes operadores em assuntos de relações jurídicas, sociais e econômicas, quer do ponto de vista da administração pública quer do ponto de vista do setor privado, no contexto da jurisdição, dando visão transdisciplinar e interdisciplinar. Qualificará os juízes nos sistemas jurídicos nacionais e de integração, mostrando o elo das relações jurídicas, nacionais e internacionais, dinamizando a área pública e o setor privado.

Institucionalizará e manterá linhas permanentes de pesquisa transdisciplinar e interdisciplinar para os assuntos de jurisdição, direcionando a produção científica daí gerada para o atendimento das demandas institucionais do sistema brasileiro de jurisdição.

A segurança e a presteza no exercício da jurisdição se constituem em pedra angular da justiça, como determina a nossa constituição federal.

A presente proposta pretende ir ao encontro de toda uma demanda agregada e reprimida da magistratura estadual, motivo pelo qual o perfil da clientela em potencial do curso é formada por juízes de direito estaduais. Por óbvio que a formação que se pretende oportunizar aos alunos é eminentemente crítica e reflexiva, em razão da experiência acumulada do mercado, buscando qualificar ainda mais o preparo destes magistrados.



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

### Histórico do curso

Não há (1ª proposta do curso).

### Cooperação e intercâmbio

Atualmente, a EPM tem convênio estabelecido com o Instituto Nacional de Estudos Jurídicos (Inej), tutelado pelo Ministério da Justiça da República de Angola. Firmado em outubro de 2003, o convênio foi criado com o objetivo de estreitar e aprimorar os vínculos jurídico-culturais e o intercâmbio de informações entre o Brasil e Angola. O desembargador Rulli Júnior, atual Diretor da Escola Paulista da Magistratura, é o responsável pela implementação do protocolo, que prevê a disponibilização de quatro vagas no Curso de Iniciação Funcional da EPM para magistrados angolanos, que são selecionados pelo Inej e ficam submetidos às regras disciplinares e de assiduidade da Escola, recebendo certificado ao final do curso.

O documento também prevê a cooperação no quadro do Julgado de Menores e no combate aos crimes transnacionais, bem como o apoio na revisão da legislação constitucional, penal, civil e do trabalho e a promoção e a participação em congressos, conferências e seminários, a fim de propor reflexões acadêmicas.

Igualmente importante destacar convênios estabelecidos com a Escola Nacional do Peru, a Escola de Registros Públicos de Coimbra e as Escolas da Magistratura dos Estados do Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Com os convênios, ficou aberta a possibilidade da troca de experiências entre os juízes, em processo de reciprocidade permanente.

### Associação de IES

**Tipo:** Nenhuma

**Descrição complementar:** --



## Áreas de Concentração / Linhas de Pesquisa

### MESTRADO ACADÊMICO EPM / ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA - Áreas de Concentração

Nome	Descrição
Jurisdição e Cidadania	<p>                     Ao propormos a presente área de implementação de Jurisdição, voltamos para o campo específico de conhecimento envolvendo matérias relacionadas, direta ou indiretamente, às atividades jurisdicionais, notabilizada por um conjunto de disciplinas e temas pertinentes, que constituirão o objeto de estudos ofertado pelo curso trazido por demandas cada vez maiores, apontadas por magistrados e pela sociedade. A especificidade da proposta, tendo em vista o aprofundamento cada vez maior de conflitos e lides envolvendo a Sociedade Civil e o Estado-Juiz, carece de um tratamento pontual e temático, haja vista que, tradicionalmente, as escolas de direito no Brasil, e o Judiciário como instituição, muito pouco têm feito para aprofundar o debate em termos de diagnósticos e prognósticos destas circunstâncias ambientais. A partir disto, pensamos o curso a partir de eixos temáticos, aqui entendidos como um conjunto ordenado de conhecimentos e informações que demarcam e constituem um território temático, devidamente articulados numa grande área do saber e da prática jurídicos. Esta forma tem o intento de permitir ao aluno buscar, desde o seu início, um direcionamento de suas atividades de pesquisa, aprofundando os temas diretamente relacionados com seu trabalho e com a experiência no exercício da jurisdição. A par do exposto, o aluno ingressa no curso já sob a direção de seu professor orientador, desde logo preocupado com o aprofundamento do problema escolhido como objeto de estudo relacionado ao trabalho de conclusão. Privilegia-se, desse modo, o contato periódico e sistemático com o orientador, evitando-se a dispersão de esforços. A área de concentração "Jurisdição e Cidadania" pretende tratar dos temas que envolvem o objeto central da jurisdição brasileira, que é a solução satisfatória do conflito ou da lide que apontam no Estado-Juiz. Jurisdição e Cidadania com o vértice voltado para o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Para tanto, as costumeiras práticas e concepções da jurisdição e mesmo do direito material e do processo como fim revelam-se incipientes, haja vista muitas vezes o descolamento das decisões em face dos interesses materiais dos sujeitos de direitos envolvidos, contentando-se a jurisdição com medidas meramente formais de resolução do feito, a fim de dar baixa em mais um processo no seu mapa de produção quantitativa. Mister é que se problematize, em nível de diagnóstico fundado, reflexivo e crítico, os pontos de estrangulamento e suas causas matriciais do modelo clássico de jurisdição no país, o que vai se dar através do conjunto de disciplinas ministradas no curso. Cada linha de pesquisa tratará dos temas que envolvem a jurisdição sob a perspectiva dos mecanismos e instrumentos que servem à administração do Poder Judiciário enquanto instituição, como a ampliação da racionalidade de rotinas e procedimentos cartoriais, controle interno de qualidade da atividade jurisdicional, revisão dos critérios de ascensão funcional dos serventuários e magistrados. Tais preocupações se justificam na medida em que há, em alguns pontos das atividades-meios, uma profunda insatisfação no que tange às suas eficácias em face das demandas que lhes ocorrem cotidianamente, na medida em que deixam de atendê-las ou as atendem mal.                 </p>
Nome	Descrição
<p style="text-align: center;"><b>Linhas de Pesquisa</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Área de concentração</b></p> <p style="text-align: center;">Jurisdição e Cidadania</p>	<p>                     A linha de pesquisa baseada na "Constituição e as dimensões do Direito" caracteriza-se pela investigação na hermenêutica constitucional e direitos privados, na tributação e direitos fundamentais, e nas novas relações na sociedade contemporânea. Sabe-se, nesta perspectiva, que o operador do Direito não mais se deixe esconder por detrás da capa da falsa erudição, mas deixa suas reflexões refletir a realidade da sociedade. A linha busca assim, a análise da eficacalidade da democracia e dos direitos fundamentais no plano da Constituição, preocupando-se com a fundamentação que irradiam por toda normatividade. Trata-se, pois, de temas que envolvem a jurisdição sob a perspectiva dos mecanismos e instrumentos que servem à administração do Poder Judiciário.                 </p>
Constituição e os Novos Direitos	<p>                     A linha de pesquisa intitulada: "Jurisdição e efetividade das decisões judiciais" emerge da idéia de acesso à justiça, que nas últimas décadas assumiu papel relevante no debate acadêmico-jurídico e tomou força em virtude do reconhecimento das garantias constitucionais pela sociedade. Tais acontecimentos conduziram a uma profunda reflexão em favor da efetividade do direito. Destaca-se a insuficiência do instrumental preexistente, que se revelou incapaz de dar respostas satisfatórias as demandas e mostrou-se absolutamente imprescindível para a realização do princípio constitucional do acesso à justiça. Assim, a linha de pesquisa envolve tanto os direitos fundamentais e jurisdição, quanto às técnicas processuais, efetividade da tutela jurisdicional e o sistema penal em crise, buscando a análise do modelo clássico de jurisdição a partir do ponto de vista reflexivo e crítico.                 </p>
Jurisdição e efetividade das decisões judiciais	<p style="text-align: center;">Jurisdição e Cidadania</p>

**Caracterização do Curso**

**Nível:** MESTRADO ACADÊMICO

**Objetivos / Perfil profissional a ser formado:**

Como se sabe, não cabe mais apenas um estudo dogmático do Direito, atendo-se tão-somente a uma visão meramente doutrinária e jurisprudencial das nuances da realidade na sociedade brasileira, mas sim a de um homem que é chamado a posicionar-se coerentemente acerca das problemáticas que se lhe apresentam; de um profissional que considere a possibilidade de real acesso à justiça e capacitado a tomar decisões adequadas ao moderno Estado Democrático de Direito, decisões estas sujeitas à lei que realize o princípio da igualdade e da justiça, possibilitando soluções efetivas às novas aspirações e concepções jurídicas. Busca-se, desta forma, um agente transformador de sua realidade; sujeito ativo, que conhece o mundo e, por isso, o modifica, ao mesmo tempo em que é por ele modificado. Nos termos da previsão estatutária, tem a EPM como objetivo primordial a melhor formação e capacitação do Magistrado, antes mesmo de seu efetivo exercício profissional e no decorrer deste. Ademais, igualmente importante destaque deve ser conferido ao perfil do profissional que o Mestrado Acadêmico desta instituição pretende formar, bem como aos pressupostos que nortearão o processo ensino-aprendizagem, quais sejam:

1. Profissional sob a visão do homem total: ser político, participante de uma sociedade em constante mutação; ser humano, com valores e princípios a serem respeitados; ser profissional, que almeja aprofundar conhecimentos e, por conseguinte, aperfeiçoar a qualificação de seus serviços;
2. Profissional com uma visão crítica da realidade e um comportamento ético dentro e fora do ambiente escolar, o que espelha o compromisso social de qualidade de ensino;
3. Profissional com uma visão ampla do conhecimento, desfazendo a concepção de educação como mera transmissão de tópicos estanques, desconectados de um todo e assumindo um paradigma interdisciplinar;
4. Aluno integrante de uma pedagogia participativa e de inclusão, na qual não há um detentor absoluto do poder e do saber, mas sim um ambiente onde os sujeitos envolvidos são todos co-partícipes do processo e responsáveis por suas ações;
5. Teoria e prática como verdadeira práxis, sob uma perspectiva dialética, cada qual com sua importância no processo ensino-aprendizagem;
6. Pesquisa como fator fundamental a ser fomentado nos alunos.

Ressalte-se, ainda, que com a implantação de um programa *Stricto Sensu*, a EPM pretende dar continuidade aos estudos tratados não somente em nível de Graduação, que, não raro, oferece uma formação deficitária, mas sobretudo àqueles delineados nas diversas Especializações aqui oferecidas, possibilitando a seu corpo discente uma visão prática do que enfrentará em sua vida profissional. Serão estudados temas que permeiam toda a prática da judicatura, além daqueles decorrentes das novas tendências do pensamento jurídico. Além disso, frise-se que são periodicamente realizados outros cursos e atividades de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e aprimoramento cultural do Magistrado. Tais atividades têm por escopo primordial o estímulo a um repensar jurídico. Para tanto, há que se destacar a formação de seu corpo docente, sempre preocupado com o desenvolvimento de questões que levem a este mesmo repensar não somente de seu contexto sócio-histórico regional, mas também em âmbito internacional. Desta maneira, a EPM vem estimulando atividades que possam levar a tais conexões fora do País, dentre as quais citamos, por exemplo, o intercâmbio existente entre as Magistraturas paulista e angolana, cujo sucesso leva esta instituição a aventar a intenção de novos intercâmbios. Há que se perceber a Magistratura paulista como integrante de um complexo muito maior, com inserção internacional, e, para tanto, propõe-se a promoção de eventos que venham a propiciar a disseminação de debates com membros não somente do Judiciário brasileiro, como também de outras partes do mundo, inclusive por meio do sistema de videoconferência, quando possível.

**Total de créditos para titulação:**

**Disciplinas:** 36.0

**Tese/Dissertação:** 36.0

**Periodicidade de Seleção:** Semestral

**Vagas por Seleção:** 20

## Descrição sintética do esquema de oferta do curso:

### I – Da organização do Curso

Cada mestrando deverá cursar: 2 (duas) disciplinas obrigatórias [i.e., 12 créditos ou 180 horas/aula], 2 (duas) disciplinas optativas comuns [i.e., 12 créditos ou 180 horas/aula] e, ainda, escolher e cursar 2 (duas) disciplinas optativas, conforme a linha de pesquisa [12 créditos ou 180 horas/aula]. Além dessas 540 horas/aula em disciplinas cursadas, o mestrando deverá elaborar e defender perante Banca a Dissertação de Mestrado, completando, desta forma, mais 36 créditos (ou 180 horas/aula), tudo isso no prazo de 24 meses. A carga horária total do curso será, por conseguinte, da ordem de 72 créditos ou 1080 horas/aula.

Assim, visando uma melhor visualização da proposta para o Mestrado Acadêmico da EPM, segue estrutura:

Área de Concentração: Jurisdição e Cidadania

Disciplinas Obrigatórias

1. Fundamentos Filosóficos do Direito
2. Teoria da Norma e Crise do Positivismo Jurídico

Disciplinas optativas comuns

*(O aluno deve cursar duas das disciplinas oferecidas)*

1. Lógica Jurídica
2. Teoria da Constituição
3. Metodologia Científica e Pesquisa no Direito

Linha de pesquisa 1 - Jurisdição e efetividade das decisões judiciais

*(O aluno deve cursar duas das disciplinas optativas oferecidas, de acordo com sua linha de pesquisa.)*

1. Direitos Fundamentais e Jurisdição
2. Técnicas Processuais e Efetividade da Tutela Jurisdicional
3. O Sistema Penal em Crise

Linha de Pesquisa 2 - Constituição e as dimensões do Direito

*(O aluno deve cursar duas das disciplinas optativas oferecidas, de acordo com sua linha de pesquisa.)*

1. Hermenêutica Constitucional e Direitos Privados
2. Tributação e Direitos Fundamentais
3. Novas Relações na Sociedade Contemporânea

Apresentação da Dissertação

O corpo de professores do programa de Mestrado em Direito da Escola Paulista da Magistratura será exclusivamente composto de Doutores na respectiva área, com formação diversificada (não endogênica), além de projeção e experiência, o que gera maior qualidade e seriedade nos debates. Verificando-se os respectivos currículos *Lattes*, percebemos a caracterização da produtividade docente nos últimos três anos, corroborando maturidade científica e aderência com a área de concentração e linhas de pesquisa. Importante frisar, também, seu potencial reflexivo, estando todos os professores aptos a orientar e desenvolver projetos de dissertação e grupos de pesquisa no âmbito da área proposta.

### II – Do Processo de Seleção

Os candidatos serão selecionados por uma comissão de seleção, respeitando-se os critérios estabelecidos previamente em Edital, abrangendo a apresentação de um plano de estudos sobre o tema do futuro trabalho de conclusão do Mestrado, análise do *Curriculum Vitae* do candidato, com destaque para a experiência na magistratura e a vinculação profissional com a área temática do Curso, e entrevista.

### III – Do sistema de avaliação

O processo de avaliação será realizado através de seminários, discussão em grupo, trabalhos escritos, teleconferência, entre outros.

## DISCIPLINAS

### DIREITOS FUNDAMENTAIS E JURISDIÇÃO

Nível: MESTRADO ACADÊMICO

Obrigatória: Não Carga Horária: 90 Créditos: 6.0

#### Ementa

Direitos fundamentais - conceituação e delimitação. Tipos e classificações das normas de direitos fundamentais. Os direitos fundamentais compreendidos como direitos subjetivos. O status dos direitos fundamentais. As restrições a direitos fundamentais. O direito à liberdade e o direito à igualdade. Os direitos a ações estatais positivas. A norma jurídica de direito fundamental e sua interpretação. A violação dos direitos fundamentais. O controle de constitucionalidade das leis. A supremacia da Constituição e a proteção. O papel das Cortes Constitucionais na defesa dos direitos fundamentais - uma análise comparativa do direito estrangeiro. As ações constitucionais: mandado de segurança, mandado de injunção, *habeas corpus* e *habeas data*.

#### Bibliografia

1. FERNÁNDEZ SEGADO, Francisco. La dogmática de los derechos humanos (A propósito de la Constitución Española de 1978). Lima: Ed. Jurídicas, 1994.
2. GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, Constituição da República Portuguesa, 3ª ed., Coimbra, 1993; 4ª ed., I, Coimbra, 2007
3. GOMES CANOTILHO, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7ª ed., Coimbra, 2004
4. JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS, Constituição Portuguesa Anotada, I, Coimbra, 2005
5. JORGE MIRANDA, Manual de Direito Constitucional, IV vol., 4ª ed., Coimbra, 2008
6. JORGE REIS NOVAIS, As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela Constituição, Coimbra, 2003
7. JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, A estruturação do sistema de direitos, liberdades e garantias na Constituição Portuguesa, 2 vols., Coimbra, 2006
8. Kelsen, Hans; Bulygin, Eugenio; Walter, Robert. Validez y eficacia del derecho. Buenos Aires: Editorial Astrea, 2005.
9. MACCORMICK, Neil. Argumentação jurídica e teoria do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
10. MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. Tomo IV. Direitos fundamentais. 2ª ed. Coimbra: Ed.Coimbra 1998.
11. OTTO PARDO, Ignacio. Derecho constitucional, sistema de Fuentes. Barcelona: Ariel, 1988
12. PAIM, Antônio e outros. Moral: Guias de estudo. Curso de Humanidades 3. Londrina: Ed. UEL: Instituto de Humanidades, 1997.
13. PECES-BARBA, MARTÍNEZ Gregorio. Escritos sobre Derechos fundamentales, Madrid: EUDEMA, 1988.
14. PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. "Las generaciones de derechos humanos". In: Revista del Centro de Estudios Constitucionales, n. 10, Madrid, 1991.
15. PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. Derechos humanos, Estado de derecho y Constitución, Madrid: Tecnos, 1985.
16. PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. A Dignidade do Homem, 2ª edição, tradução de Luiz Ferracine, Campo Grande: Solivros/Uniderp, 1999.
17. PINTO FERREIRA, Luis. Princípios Gerais de Direito Constitucional Moderno, 6ª edição ampliada e atualizada. São Paulo: Saraiva. 1983.
18. PIOVESAN, Flavia. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad. 1996.
19. PREDIERI, Alberto, Significato della norma costituzionale sulla tutela del paesaggio, in Urbanistica, Tutela dell paesaggio, espropriazione, Milano:Giufre, 1969.
20. PUY, Francisco, Derechos humanos. Derechos económicos, sociales y culturales Vol I, Santiago de Compostela: Ed. Paredes, 1983.
21. ROUSSEAU, Jean Jacques. Do Contrato Social. São Paulo: Ed. Abril, 1978.
22. ROUSSEAU, Jean Jacques. Discursos sobre a Origem e os Fundamentos das Desigualdades entre os homens. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 1999.
23. VIEIRA DE ANDRADE, Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976, 3ª ed., Coimbra, 2004.



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

### FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DO DIREITO

**Nível:** MESTRADO ACADÊMICO

**Obrigatória:** Sim      **Carga Horária:** 90      **Créditos:** 6.0

**Área(s) de Concentração:**

Jurisdição e Cidadania

**Ementa**

Análise epistemológica da filosofia do Direito. História da Filosofia. Fundamentos Lógicos, Epistemológicos e Lingüísticos do Conhecimento e Fundamentos da Ética e da Política. Temas nucleares da Filosofia Jurídica. Desafios contemporâneos da Filosofia do Direito.

**Bibliografia**

1. ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
2. ADEODATO, João Maurício. Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência (através de um exame da ontologia de Nicolai Hartmann). São Paulo: Saraiva, 1996.
3. ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência, Ed. Brasiliense.
4. ANDRADE, Christiano José. O Problema dos Métodos da Interpretação Jurídica, Ed. Revista dos Tribunais. - 1992.
5. APEL, Karl-Otto. Transformação da Filosofia I: Filosofia Analítica, Semiótica, Hermenêutica. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
6. APEL, Karl-Otto. Transformação da Filosofia II: O a priori da comunidade de comunicação. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
7. ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal, São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
8. ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo, São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
9. ARISTÓTELES, Arte Retórica e Arte Poética, Ed. Tecnoprint, Coleção Universidade.
10. BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
11. BASTOS, Cleverson Leite; Candioto, KLEBER B. B. Filosofia da Linguagem. Petrópolis: Vozes, 2007.
12. BERNARDO, Gustavo. A dúvida de Flusser: filosofia e literatura. São Paulo: Globo, 2002.
13. BEVILAQUA, Clovis. Teoria Geral do Direito Civil, 6ª ed., São Paulo, ed. Francisco Alves, 1953.
14. BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos: Nova Edição, Rio de Janeiro, Campus, 2004.
15. BOBBIO, Norberto. Elogio da Serenidade e outros escritos morais, São Paulo, Editora da UNESP, 2002.
16. BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos (org. por Michelangelo Bovero), Rio de Janeiro, Campus, 2000.
17. CHARAUDEAU, Patrick. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2006.
18. CHAUÍ Marilena. Introdução à História da Filosofia: Dos Pré-Socráticos a Aristóteles. Cap. III, Vol. I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
19. CÍCERO, Marcus Tullius, "Oeuvres Philosophiques", in Las Belles Lettres, Paris: Ed. Ch. Appuhn, 1884.
20. COMTE, Augusto. Curso de filosofia positiva. Buenos Aires: Andrômeda, 2004.
21. DARDO, Scavino. La Filosofia actual: Pensar sin certezas. Editorial Paidós, Buenos Aires, Barcelona e México, 1999.
22. DESCARTES, René. Carta-prefácio dos Princípios da Filosofia. Trad. Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
23. EDMONDS, David. O atizador de Wittgeinstein: a história de uma discussão de dez minutos entre dois grandes filósofos. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.
24. ENGLISCH, Karl. Introdução ao Pensamento Jurídico, 6ª ed. (trad. e prefácio de João Baptista Machado), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
25. FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Direito Retórica e Comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico, Tese de Livre-Docência, São Paulo, S.N. 1973.
26. FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Estudos de filosofia do direito: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito. São Paulo: Atlas, 2002.
27. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, dominação. São Paulo, ed. Atlas, 1990.
28. FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Teoria da Norma Jurídica, Editora Forense, Rio de Janeiro 1978.

29. FLUSSER, Vilém. Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
30. HAACK, Susan. Filosofia das lógicas. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
31. HEIDEGGER, Martin. Que é isto? A Filosofia - Identidade e Diferença. Trad. Ernildo Stein. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2006.
32. HELFÉRICH, Cristoph. História da Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
33. HESSEN, Johannes. Filosofia dos Valores. Coimbra: Almedina, 2001.
34. HUSSERL, Edmund. Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: Introdução geral à fenomenologia pura. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.
35. JOLIVET, Régis. Vocabulário de filosofia. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1975.
36. KELSEN, Hans. A Justiça do Direito Natural, 2ª ed., (trad. João Baptista Machado), Coimbra, Américo Amado, 1979.
37. KELSEN, Hans. Ensaio Liberais, São Paulo, Siciliano, 1991.
38. KELSEN, Hans. Ensaio sobre a Liberdade, São Paulo, Perspectiva 1980.
39. KELSEN, Hans. O Brasil e a Crise Mundial: paz, poder e política externa. São Paulo, Perspectiva, 1984.
40. KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito, 6ª edição, Coimbra, Américo Amado, 1984.
41. LAFER, Celso. A reconstrução dos Direitos Humanos - um diálogo com o pensamento de Hannah Adrendt. São Paulo, Cia. Das letras, 1988.
42. LAFER, Celso; FERRAZ JR. Tércio Sampaio (coord.). Direito política filosofia poesia: estudos em homenagem ao professor Miguel Reale. São Paulo: Saraiva, 1992.
43. PAIM, Antônio. História das idéias filosóficas no Brasil, São Paulo, 3ª edição, Convívio, 1994.
44. PENCO, Carlo. Introdução à filosofia da linguagem. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
45. RADBRUCH, Gustav. Filosofia do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
46. RADBRUCH, Gustavo. Filosofia do Direito, 5ª ed., rev. e acrescida (trad. L. Cabral Moncada), Coimbra, ed. A. Amado, 1974.
47. REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 10ª ed. e atual. São Paulo, Saraiva, 1983.
48. REALE, Miguel. Filosofia e teoria política (ensaio). São Paulo Saraiva, 2003.
49. REALE, Miguel. Introdução à Filosofia, São Paulo, Saraiva, 1988.
50. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito, 15ª ed. São Paulo, Saraiva 1987.
51. ROMERO, Silvio. Ensaio da filosofia do direito. 2ed. São Paulo: Landy Editora, 2001.
52. SCAVINO, Dado. La filosofia actual pensar sin certezas. Santiago del Estero: Paidós Postales, 1999.
53. SICHES, Luis Recasens. Nueva Filosofia de la Interpretacion Del Derecho, Editorial Porrúa, México.
54. STEGMÜLLER, Wolfgang. A filosofia contemporânea: introdução crítica. São Paulo: EPU e EDUSP, 1977.
55. Sucessor, 1979.
56. VECCHIO, Giorgio Del. Lições de filosofia do direito. Coimbra: Armênio Amado - Editor,
57. VILANOVA, Lourival. Escritos Jurídicos e Filosóficos. Vol II. São Paulo: \_XIS MVNDI / IBET, 2003:
58. VILLEY, Michel. Filosofia do direito: Definições e fins do direito. Os meios do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
59. WITTGENSTEIN, Ludwig. Tratado lógico-filosófico / investigações filosóficas. 2ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995.
60. WITTGENSTEIN, Ludwig. Observações filosóficas. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

### HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E DIREITOS PRIVADOS

**Nível:** MESTRADO ACADÊMICO

**Obrigatória:** Não      **Carga Horária:** 90      **Créditos:** 6.0

#### Ementa

Hermenêutica: compreensão e distinções pertinentes. A hermenêutica constitucional. A supremacia da Constituição. Normas constitucionais: princípios e regras. As teorias de Dworkin e Alexy. Hermenêutica e o papel dos tribunais: a construção da norma pelos tribunais. A tópica. Estudo das teorias de Hesse, Müller, Haberle e Viehweg. Colisão de princípios e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

#### Bibliografia

1. BARILE, Paolo, La Costituzione come norma giuridica. Florencia: Ed. G.Barberá, 1951.
2. BASSOLS COMA, Martín. Constitución y sistema economico .Madrid: Tecnos, 1985.
3. BULOS, Uadi Lammêgo. Mutação constitucional. São Paulo: Saraiva, 1997.
4. BULYGIN, Eugenio; MENDONCA, Daniel. Normas y sistemas normativos. Madrid: Marcial Pons, 2005.
5. CAETANO, Marcelo. Manual de ciência política e direito constitucional. Coimbra: Livraria Almedina, 1996.
6. CAMPILONGO, Celso Fernandes. Direito e democracia. 2 ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.
7. CAMPILONGO, Celso Fernandes. O direito na sociedade complexa. São Paulo: Max Limonad, 2000.
8. CAMPILONGO, Celso Fernandes. Política, sistema jurídico e decisão judicial. São Paulo: Max Limonad, 2002.
9. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Constitui o Dirigente e Vincula o do Legislador. 2ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.
10. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constituconal e Teoria da Constitui o. 4ed. Coimbra: Almedina, 2000.
11. FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Direito constitucional: liberdade de fumar, privacidade,
12. FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Direito, retórica e comunica o: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico. 2ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
13. GADAMER, Hans-Georg. Hermen tica em retrospectiva. vol I. Petrópolis:Vozes, 2007.
14. GADAMER, Hans-George. Hermen tica em retrospectiva. vol II. Petrópolis: Vozes, 2007.
15. GRAU, Eros Roberto. Ensaio e discurso sobre a interpreta o/aplica o do direito. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.
16. GRAU, Eros Roberto. O direito posto e o direito pressuposto. 5ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

### LÓGICA JURÍDICA

**Nível:** MESTRADO ACADÊMICO

**Obrigatória:** Não      **Carga Horária:** 90      **Créditos:** 6.0

### Ementa

Semiologia. Lógica - compreensão do significado e de sua fun o. A lógica clássica - princípios. Termo, proposi o e argumenta o. Pensamento e linguagem ante a lógica jurídica. Direito e linguagem: o discurso jurídico. Argumenta o e meios de convencimento. A estrutura lógica da argumenta o jurídica.

### Bibliografia

1. ABBAGNANO, Nicola. Introdu o ao existencialismo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
2. ABERLARDO, Pedro. Lógica para principiantes. 2ed.São Paulo: Editora UNESP, 2005.
3. ALCHOURRON, Carlos E; BULYGIN, Eugenio. Análisis lógico y derecho. Madrid: Centro de estudios Constitucionales, 1991.
4. COPI, Irving Marmer. Introdu o   lógica. 2ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1978.
5. CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência. São Paulo: Educ/ Campinas: Pontes, 1991.
6. COSTA, Newton C. A. DA. e outros. Lógica paraconsistente aplicada. São Paulo: Atlas, 1999.
7. COSTA, Newton C.A. Da. O Conhecimento científico. 2ed. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
8. DELEUZE, Gilles. Lógica do sentido. 4ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
9. FIEDLER, Herbert. Derecho, lógica, matemática. 3ed.México: Fontamara, 1997.
10. M YNEZ, Eduardo Garcia. Lógica del raciocínio jurídico. Barcelona: Fontamara, 2004.
11. MORTARI, Cezar A. Introdu o   lógica. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial, 2001.
12. NOVACK, George. Introducción a la lógica: Lógica formal y lógica dialética. Barcelona: Fontamara, 2002.
13. OLIVEIRA, Augusto J. Franco de. Lógica e aritmética. Brasília: Editora UnB, 2004.
14. OWSKI, Georges. Lógica de las normas y lógica deôntica. Fontamara: México, 2003.
15. POPPER, Karl R. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 2002.
16. RODRÍGUEZ, Jorge L. Lógica de los sistemas jurídicos. Madrid: Centro de Est dios Políticos y Constitucionales, 2002.
17. RODRÍGUEZ, Víctor Gabel. Argumenta o jurídica: técnicas de persuas o e lógica informal. 5ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
18. SAUCA, José María. Cuestiones lógicas en la derogación de las normas. México: Fontamara, 2001.



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

19. SCHMILL, Ulises. Lógica y Derecho. 3 ed. México: Fontamara, 2001.
20. SCHREIBER, Rupert. Lógica del derecho. México: Fontamara, 2005.
21. SOARES, Edvaldo. Fundamentos de lógica - Elementos de lógica e Teoria da argumentação. São Paulo: Atlas, 2003.
22. STRENGER, Irineu. Lógica jurídica. São Paulo: LTr, 1999.
23. VILANOVA, Lourival. Estruturas lógicas e o sistema de direito positivo. Noeses, São Paulo, 2005.
24. WRIGHT, Georg Henrik Von. Normas, verdad y lógica. 2ed. México: Fontamara, 2001.

### METODOLOGIA CIENTÍFICA E PESQUISA NO DIREITO

**Nível:** MESTRADO ACADÊMICO

**Obrigatória:** Não      **Carga Horária:** 90      **Créditos:** 6.0

#### Ementa

Ensino Superior: história, evolução e perspectivas. A formação do professor universitário. Formação didático-pedagógica do professor das áreas jurídicas. Estudo da relação professor/aluno. Métodos de ensino. Técnicas de aulas. O processo avaliativo. A pesquisa em Direito: conceito, classificação, métodos. As etapas da pesquisa em Direito: levantamentos de dados, registro de dados, registro de informações e redação do relatório. A elaboração de um projeto de pesquisa em direito: estrutura e conteúdo. A Dissertação de Mestrado e suas especificidades. As normas da ABNT aplicadas à pesquisa no Direito. A pesquisa em Direito: conceito, classificação, métodos. As etapas da pesquisa em Direito: levantamentos de dados, registro de dados, registro de informações e redação do relatório. A elaboração de um projeto de pesquisa em direito: estrutura e conteúdo. A Dissertação de Mestrado e suas especificidades. As normas da ABNT aplicadas à pesquisa no Direito.

#### Bibliografia

1. ALCHOURRON, Carlos E; BULYGIN, Eugenio. Introducción a la metodología de las ciencias jurídicas y sociales. Buenos Aires: Editorial Astrea, 2002.
2. ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras. São Paulo: Loyola.
3. BACHELAR, Gaston. Epistemologia não-cartesiana. In: \_\_\_\_\_. O novo espírito científico. Porto: Edições 70. página 97 até 124.
4. BUNGE, Mário. La ciencia su metodo y su filosofia. Buenos Aires: Siglo Veinte.
5. DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.
6. JAPIASSU, Hilton. A crise da razão e do saber objetivo: as ondas do irracional. São Paulo: Letras & Letras.
7. KELSEN, Hans. Jurisdição constitucional. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
8. KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva.
9. LARENZ, Karl, Metodología de la ciencia del Derecho. Tradc. Gimbernat, Barcelona: Ariel, 1966.
10. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez.
11. MOSE, Paul K; DWAYNE, M. Mulder e TROUT, J.D. A teoria do conhecimento: uma introdução temática. São Paulo: Martins Fontes.
12. NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zaratustra.
13. POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica. Tradução de Leônidas Hegenber e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix.. página 27 até página 147
14. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 23ª edição. São Paulo:Malheiros, 2004.

### NOVAS RELAÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

**Nível:** MESTRADO ACADÊMICO

**Obrigatória:** Não      **Carga Horária:** 90      **Créditos:** 6.0

#### Ementa

Os novos direitos e a inclusão social. Os direitos sociais e econômicos na Constituição. Direito ao trabalho e à garantia de emprego. Direito da Seguridade Social. Direito à Educação e à Cultura. A Criança e o Idoso. Direito ao Lazer. Meio ambiente de trabalho e o portador de necessidades físicas. Dignidade da pessoa humana e direito do trabalho.



### Bibliografia

1. ALEXY, Robert. Teoría de los Derechos Fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
2. ARCE Y FLÓREZ-VALDES. Joaquín. Los principios generales del Derecho y su formulación constitucional. Madrid: Cuadernos de Civitas, 1990.
3. ARENDT, Hannah, A Condição Humana, São Paulo: Ed. Forense Universitária, 2000.
4. ARISTÓTELES, La Política. Madrid: Ed. Gredos, 1995.
5. ARROYO, Juan Carlos. La Teoría Discursiva del Derecho, Sistema Jurídico y Democracia en Habermas. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 2000.
6. ARTS, Karin. "Integrating Human Rights into Development Cooperation: The Case of the Lome Convention?". Kluwer Law International.sl. 2000.
7. CAMPILONGO, Celso Fernandes. O direito na sociedade complexa. São Paulo: Max Limonad, 2000.
8. CAMPILONGO, Celso Fernandes. Política, sistema jurídico e decisão judicial. São Paulo: Max Limonad, 2002.
9. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador. 2ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.
10. CERVANTES JÁUREGUI, Luis. Los valores políticos (Reflexiones acerca del vínculo entre la ética y la política) Mexico: Ed. Benemerita Universidad Autónoma de Puebla; Dirección General de Fomento, 1991.
11. COSSIO DÍAZ, José Ramón. Estado social y derechos de prestación. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.
12. GRAU, Eros Roberto. Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.
13. GRAU, Eros Roberto. O direito posto e o direito pressuposto. 5ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.
14. KELSEN, Hans. Jurisdição constitucional. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
15. KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 6ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
16. LAFAYETE Josué Petter. Princípios Constitucionais da Ordem Econômica ? o significado e o alcance do art. 170 da Constituição Federal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
17. MORIN, Edgar. Introdução à política do homem: Argumentos políticos. São Paulo: FORENSE, 1965.
18. RECASÉN SICHES, Luis. Los temas de la filosofía del derecho en perspectiva histórica y visión de futuro. Barcelona: Bosch, 1934.
19. SÉLLOS DE BARROS Aldano. Humanismo, Direito, Tecnologia e Justiça, Rio de Janeiro: Ed. 1980.
20. SEN, Amartya, Desarrollo y Libertad, trad. Esther Rabasco y Luis Toharia, Barcelona: Ed. Planeta, 2000.
21. TOLEDO, Gastão Alves de. O direito constitucional econômico e sua eficácia. São Paulo: Renovar, 2004.
22. VITAL Moreira. Economia e Constituição. Separata do Boletim de Ciências Econômicas, V.XVII. Coimbra: Faculdade de Direito, 1974.
23. WALZER. M. ?Spheres of Justice?. Basil Blackwell. Oxford: University Press, 1983.

### O SISTEMA PENAL EM CRISE

**Nível:** MESTRADO ACADÊMICO

**Obrigatória:** Não      **Carga Horária:** 90      **Créditos:** 6.0

### Ementa

Análise do sistema penal atual e de seus institutos fundamentais. Polícia. Justiça criminal e sistema penitenciário. Deficiência do sistema, desigualdade e exclusão social.

### Bibliografia

1. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003a.
2. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sistema Penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003b.
3. APPIO, Eduardo. Controle judicial das políticas públicas no Brasil. Curitiba: Juruá Editora, 2006.
4. ASSIER-ANDRIEU, Louis. O Direito nas sociedades humanas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.
5. BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Tradução e prefácio Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

6. BONTEMPO, Alessandra Gotti Bontempo. Direitos sociais: eficácia e acionabilidade à luz da Constituição de 1988. Curitiba: Juruá Editora, 2006.
7. BREGA FILHO, Vladimir. Direitos fundamentais na Constituição de 1988: conteúdo jurídico das expressões. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.
8. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. 5. ed. Traduzido por Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Vanancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
9. CASTELLS, Manuel. Fim de milênio - a era da informação: economia, sociedade e cultura. Traduzido por Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Vanancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
10. CASTRO, Lola Aniyar de. Criminologia da reação social. Traduzido por Ester Kosoroski. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
11. COSTA JR., Paulo José e CERNICCHIARO. Direito Penal na constituição. 3ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
12. FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Criminologia integrada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
13. FERNANDES; Newton; FERNANDES, Valter. Criminologia integrada. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
14. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.
15. GAROFALO, R. Criminologia: estudo sobre o delito e a repressão penal. Campinas: Péritas Editora, 1997.
16. GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa. Direitos fundamentais sociais: releitura de uma Constituição dirigente. Curitiba: Juruá Editora, 2006.
17. HÖFFE, Otfried. Justiça política. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.
18. JÚNIOR, Dirley da Cunha. Controle judicial das omissões do Poder Público. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.
19. PORT, Otávio Henrique Martins. Os direitos sociais e econômicos e a discricionariedade da Administração Pública. São Paulo: RCS Editora, 2005.
20. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.
21. SCAFF, Fernando Facury. Reserva do possível, mínimo existencial e direitos humanos. Revista Interesse Público. Belo Horizonte, n.32, p. 213 226: Editora Fórum, 2005
22. SEN Amartya. Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
23. TAVARES, Juarez . As controvérsias em torno dos crimes omissivos. Rio de Janeiro: Instituto Latino-Americano de Cooperação Penal, 1996.
24. TAVARES, Juarez . Bien jurídico y función en derecho penal. 01. ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2004.
25. TAVARES, Juarez . Direito Penal da Negligência. 1. ed. S. Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1985.
26. TAVARES, Juarez . Direito Penal da Negligência. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
27. TAVARES, Juarez . Teoria do injusto penal. 03. ed. Belo Horizonte: Delrey, 2003.
28. WACQUANT, Löic. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
29. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume - Teoria Geral do Direito Penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

### TÉCNICAS PROCESSUAIS E EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL

**Nível:** MESTRADO ACADÊMICO

**Obrigatória:** Não      **Carga Horária:** 90      **Créditos:** 6.0

#### Ementa

Norma processual. O papel do estado liberal e a liberdade dos cidadãos. Tutela dos direitos e técnica processual. Os novos direitos e a superação do "processo civil clássico", de natureza ressarcitória. Uniformidade do procedimento, técnica processual e procedimento adequado. As necessidades do direito material. As novas ondas do processo civil. A tutela efetiva como direito fundamental. Os princípios gerais do direito. Função dos princípios no sistema. Princípios norteadores do processo. Análise crítica e reflexiva da jurisprudência sobre o assunto. Diretrizes para análise e avaliação dos princípios. O Poder Público em juízo. Tutela dos direitos coletivos e Tutela coletiva dos direitos.

#### Bibliografia

1. BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. Direito e processo: influência do direito material sobre o processo.

- 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
2. BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. São Paulo: Malheiros, 2006.
3. BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. Poderes instrutórios do juiz. 3.ed. São Paulo: RT, 2001.
4. BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência: (tentativa de sistematização). 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
5. CAMBI, Eduardo. A prova civil. São Paulo: RT, 2006.
6. CARDOZO, Benjamin N. A natureza do processo judicial: palestras proferidas na Universidade de Yale. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
7. CARNEIRO, Athos Gusmão. Cumprimento da sentença civil. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
8. CARNELUTTI, Francesco. A prova civil: parte geral: conceito jurídico da prova. São Paulo: LEUD, 2003.
9. DALL-AGNOL JÚNIOR, Antonio Janyr. Distinção dinâmica dos ônus probatórios. Revista dos Tribunais, v. 788, p. 92-107, junho/2001.
10. DINAMARCO, Cândido Rangel. Direito e processo. In: DINAMARCO, Cândido Rangel. Fundamentos do processo civil moderno. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2000, v. I.
11. DINAMARCO, Cândido Rangel. Aceleração dos procedimentos. In: DINAMARCO, Cândido Rangel. Fundamentos do processo civil moderno. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2000, v. II.
12. GRECO, Leonardo. A teoria da ação no processo civil. São Paulo: Dialética, 2003.
13. MANCUSO, Rodolfo Camargo. A normação brasileira sobre processo coletivo. In: MANCUSO, Rodolfo Camargo. Jurisdição coletiva e coisa julgada. São Paulo: RT, 2006.
14. MARINONI, Luiz Guilherme. Técnica processual e tutela dos direitos. São Paulo: RT, 2004.
15. SEBASTIÃO, Jurandir. Responsabilidade médica civil, criminal e ética. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
16. THEODORO JUNIOR, Humberto. As liminares e a tutela de urgência. In: ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda (Coord.). Inovações sobre o direito processual civil: tutelas de urgência. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 239-268.
17. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Direito e processo: aprimoramento e modernização do direito processual. Rio de Janeiro: AIDE, 1997.
18. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Novas reformas do Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
19. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Novos rumos do direito processual civil: efetividade da jurisdição e classificação das ações - Ação executiva lato sensu - Tutela de urgência. Revista Dialética de Direito Processual, nº 26, p. 20/63, maio/2005.
20. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Aspectos polêmicos da nova execução. São Paulo: RT, 2006.
21. ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: RT, 2006.

### TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

**Nível:** MESTRADO ACADÊMICO

**Obrigatória:** Não      **Carga Horária:** 90      **Créditos:** 6.0

#### Ementa

Fundamento e significado da Constituição. Conceito. História da Constituição. As Constituições do Brasil: história e evolução. Tipos de Constituição. Classificações das normas constitucionais. Poder Constituinte. Teorias. Poder Constituinte Originário. Poder Constituinte Derivado. Estado Democrático de Governo. Supremacia da Constituição. Direitos Fundamentais.

#### Bibliografia

1. ABREU DALLARI, Dalmo de, "Preâmbulos das Constituições do Brasil". Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo: vol. 96 jan.dez, 2001.
2. ARAÚJO, Luiz Alberto David; Vidal Serrano Nunes. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.
3. BASTOS, Celso Ribeiro. Dicionário de Direito Constitucional. São Paulo: Ed. Saraiva, 1994.
4. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 13ª edição. São Paulo: Malheiros, 2003.
5. DARANAS, Mario. Las Constituciones europeas, Vol I, Madrid: Ed. Nacional, 1979.

6. DÓRIA, Sampaio. Direito Constitucional. São Paulo: Max Limonad. 5ª edição. V. I. 1962.
7. ESMEIN. Elements de Droit Constitutionnel Français et Comparé. Paris: Recueil Sirey, 1914.
8. EVANS DE LA CUADRA, Enrique. Los derechos constitucionales. Santiago de Chile: Ed Jurídica de Chile, 1986.
9. GARCÍA CANALES, Manuel. "Principios Generales y Principios Constitucionales" en Revista de Estudios Políticos nº 64, en Homenaje al Prof Juan Roca. Madrid: CEC, 1989.
10. GOMES CANOTILHO, José Joaquim. Constituição dirigente e vinculação do legislador. Contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas, Coimbra: Editora Limitada, 1982.
11. GOMES CANOTILHO, José Joaquim. Direito Constitucional e Teoria da Constituição, Coimbra: Editora Limitada, 1998.
12. GÓMEZ Isa, Felipe, El Derecho al Desarrollo como derecho humano en el ámbito jurídico internacional Bilbao: Ed. Universidad de Deusto, 1999.
13. GONÇALVES FERREIRA Filho, Manoel. A Democracia no Limiar do século XXI. São Paulo: Saraiva, 2001.
14. GONÇALVES FERREIRA Filho, Manoel. Aplicabilidade das normas Constitucionais. 3ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.
15. GONÇALVES FERREIRA Filho, Manoel. Estado de Direito e Constituição. São Paulo: Saraiva, 1999.
16. GONZÁLEZ PEREZ, Jesús, La dignidad de la persona. Madrid: Civitas, 1986.
17. HÄBERLE, Peter, "El legislador de los derechos fundamentales" en La garantía constitucional de los derechos fundamentales. Alemania España, Francia e Italia. Director Antonio Lopez Pina, Madrid: Civitas y Servicio de Publicaciones de la Facultad de Derecho U.C.M., 1991.
18. HAURIOU André. Droit Constitutionnel et Institutions Politiques., 4ª edição, Paris: Editions Montchrestien, 1970.
19. KANT, Immanuel. La garantía jurisdiccional de la Constitución en Escritos sobre democracia y socialismo, Madrid: Ed. Debate, 1988.
20. LAFAYETE Josué Petter. Princípios Constitucionais da Ordem Econômica - o significado e o alcance do art. 170 da Constituição Federal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
21. LUCAS VERDÚ, Pablo. "Dimensión axiológica de la Constitución" en Anales de la Real Academia de Ciencias morales y Políticas, año XLIX, nº74, Curso Académico 96/97, Madrid: 1997.
22. LUCAS VERDÚ, Pablo. Estimativa y política constitucionales. Madrid: Sección de Publicaciones, Facultad de Derecho, UCM, 1984.
23. MENDES, Gilmar Ferreira. Controle de Constitucionalidade. São Paulo: Saraiva, 1990.
24. MOREIRA, Vital. Economia e Constituição. Separata do Boletim de Ciências Econômicas. V.XVII. Coimbra: Faculdade de Direito, 1974.

### TEORIA DA NORMA E CRISE DO POSITIVISMO JURÍDICO

**Nível:** MESTRADO ACADÊMICO

**Obrigatória:** Sim      **Carga Horária:** 90      **Créditos:** 6.0

#### Área(s) de Concentração:

Jurisdição e Cidadania

#### Ementa

Teoria da Norma Jurídica. A Teoria do Ordenamento Jurídico. Análise crítica dos pensamentos de Kelsen e Bobbio. O jusnaturalismo e o positivismo. Validade e eficácia das normas jurídicas. Justiça da norma jurídica. O Pós-positivismo. Os conceitos abertos e a discricionariedade. A tópica e a tópica retórica. A interpretação jurídica. O problema das lacunas e a crise do positivismo jurídico.

#### Bibliografia

1. ALEXY, Robert. Teoria de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.
2. AMARAL NETO, Francisco dos Santos. Autonomia privada. Revista do CEJ: Centro de Estudos Judiciários, Brasília, n.9, p.27-29, set/dez. 1999.
3. ÁVILA, Humberto Bergmann. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 215, p. 151-179, jan/mar. 1999.
4. BARZOTTO, Luís Fernando. O positivismo jurídico contemporâneo; uma introdução a Kelsen, Ross e Hart.

- Porto Alegre: UNISINOS, 2004.
5. BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico: Lições de filosofia do direito (compiladas por Nello Morra, tradução e notas Márcio Pugliese, Edson Bini, Carlos E. Rodrigues). São Paulo, Ícone, 1995.
  6. BORDIEU, Pierre. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
  7. CAMPOS, Mirian de Abreu Machado. A empresa na sociedade contemporânea. Nova Lima, p. 1-14, abril, 2007.
  8. CANARIS, Klaus Wilhelm. Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito. Fundação Calouste Gulbenkian. 2ª ed. Lisboa, 1996.
  9. CAPPELLETTI, Mauro. Acesso à justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.
  10. DAVIS, K. A method of studying communication patterns in organizations. Personal Psychology, New York. 1953, p. 285-312.
  11. DINAMARCO, Rangel Cândido, Nova Era do Processo Civil. São Paulo, Malheiros, 2003.
  12. ENGISCH, Karl. Introdução ao pensamento jurídico. 7ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
  13. ETZIONI, Amitai. Análise Comparativa de Organizações Complexas. Tradução de José Antônio Parente Cavalcante e Caetana Myrian Parente Cavalcante. São Paulo: Universidade de São Paulo 1974.
  14. ETZIONI, Amitai. Organizações Complexas. Tradução de João Antônio de Castro Medeiros, 1ª ed., São Paulo, Atlas, 1973.
  15. ETZIONI, Amitai. Organizações modernas. São Paulo, 8ª edição Pioneira, 1989.
  16. GRAU, Eros Robert. Direito, conceito e normas jurídicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.
  17. HARE, P. A Study of interaction and consensus in different sized groups. American Sociological Review. 1952.
  18. HOMANS, G. C. The Human Group. Nova Iorque. 1950.
  19. KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998
  20. KELSEN, Hans; BULYGIN, Eugenio; WALTER, Robert. Validez y eficacia del derecho. Buenos Aires: Editorial Astrea, 2005.
  21. MAQUIAVEL, Niccoló. O príncipe. São Paulo, Hemus, 1977.
  22. MARCH, James, G. Teoria das Organizações. Tradução pela Missão Norte Americana de Cooperação Econômica e Técnica do Brasil, 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 1967.
  23. ROPPO, Enzo. O contrato. Coimbra: Almedina, 1988.
  24. TOWNSEND, Robert. Dane-se a organização. São Paulo, Best Seller, 1988.
  25. WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa Omega Ltda, 1997.

### TRIBUTAÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

**Nível:** MESTRADO ACADÊMICO

**Obrigatória:** Não      **Carga Horária:** 90      **Créditos:** 6.0

#### Ementa

Tributação - caracteres fundamentais. Função social do tributo. Direito Constitucional e tributos. A justiça fiscal. Estatuto do Contribuinte. Os tributos e os direitos fundamentais. Restrições aos Direitos Fundamentais no campo do direito tributário.

#### Bibliografia

1. ATALIBA, Geraldo. Estudos e pareceres de direito tributário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
2. ATALIBA, Geraldo. República e Constituição. 2ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.
3. ATALIBA, Geraldo. Sistema Constitucional Tributário Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.
4. ÁVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário. São Paulo: Saraiva, 2004.
5. ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 4ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.
6. BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. São Paulo: Noeses e Marcial Pons, 2007.
7. BORGES, José Souto Maior Borges. Isenções tributárias. 2ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1980.
8. BORGES, José Souto Maior Borges. Obrigação tributária (uma introdução metodológica). 2ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.
9. CAMPOS, Antonio J. Franco de. Interpretação, hermenêutica e exegese no direito tributário. São Paulo: José Bushtsky Editor, 1977.
10. CARVALHO, Cristiano. Ficções jurídicas no direito tributário. São Paulo: Noeses, 2008.

11. CARVALHO, Cristiano. Teoria do Sistema Jurídico: direito, economia, tributação, São Paulo: Quartier Latin, 2005.
12. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 19ª ed., São Paulo: Saraiva, 2007.
13. CARVALHO, Paulo de Barros. Direito tributário, linguagem e método. São Paulo, Noeses, 2008.
14. CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
15. CARVALHO, Paulo de Barros. Teoria da norma tributária. 4ed. São Paulo: Max Limonad, 2002.
16. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Teoria geral do tributo e da exoneração tributária. 3ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1999.
17. COELHO, Sacha Calmon Navarro. O controle da constitucionalidade das leis e do poder de tributar na constituição de 1988. 3ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
18. COSTA, Ramón Valdés. Instituciones de Derecho Tributário, Buenos Aires Depalma: 2004.
19. FERRAGUT, Maria Rita. Presunções no direito tributário. 2ed. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
20. FERRAGUT, Maria Rita; NEDER, Marcos Vinicius (coord.). Responsabilidade tributária. São Paulo: Dialética, 2007.
21. FERRAGUTI, Maria Rita. Responsabilidade tributária e o Código Civil de 2002. São Paulo, Noeses, 2005.
22. GRAU, Eros Roberto. Conceito de Tributo e fontes do direito tributário. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1975.
23. MOUSSALLEM, Tárek Moysés. Fontes do direito tributário. 2ed. São Paulo: Noeses, 2006.
24. MOUSSALLEM, Tárek Moysés. Revogação em matéria tributária. São Paulo, Noeses, 2005.
25. PACHECO, Ângela. Ficções tributárias: identificação e controle. São Paulo: Noeses, 2008.
26. SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito tributário - vls. I e II. São Paulo: Quartier Latin, 2003.
27. SCHOUERI, Luís Eduardo. Normas Tributárias Indutoras e Intervenção Econômica. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
28. SHOUERI, Luís Eduardo. Normas tributárias indutoras e intervenção econômica. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
29. TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no direito tributário. São Paulo, Noeses, 2005.
30. TORRES, Ricardo Lobo (org.). Temas de interpretação do Direito Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.



# ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

## Corpo Docente

**ALBERTO ANTONIO ZVIRBLIS**

**Horas de Dedicção**

Na IES: 40 No programa: 40 Docente Permanente: Sim Dedicção Exclusiva: Sim

**Titulação**

Nível: DOUTORADO Ano: 2004 IES: PUC-SP

Orientador: Maria Garcia

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

**Experiência Orientação (Número)**

IC\* TCC\* ESP\* MP\* ME\* DO\*

**ALEXANDRE DAVID Malfatti**

**Horas de Dedicção**

Na IES: 20 No programa: 20 Docente Permanente: Sim Dedicção Exclusiva: Não

**Titulação**

Nível: DOUTORADO Ano: 2007 IES: PUC-SP

Orientador: Sergio Seiji Shimura

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

**Experiência Orientação (Número)**

IC\* TCC\* ESP\* MP\* ME\* DO\*

**ANTONIO RULLI JÚNIOR**

**Horas de Dedicção**

Na IES: 20 No programa: 20 Docente Permanente: Sim Dedicção Exclusiva: Não

**Titulação**

Nível: DOUTORADO Ano: 1992 IES: PUC-SP

Orientador: Michel Temer

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

**Experiência Orientação (Número)**

IC\* TCC\* ESP\* MP\* ME\* DO



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

### ANTONIO RULLI NETO

#### Horas de Dedicação

Na IES: 20 No programa: 20 Docente Permanente: Sim Dedicção Exclusiva: Não

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2008 IES: PUC-SP

Orientador: Maria Helena Diniz

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
1	15	10			

### CARLOS DIAS MOTTA

#### Horas de Dedicação

Na IES: 20 No programa: 20 Docente Permanente: Sim Dedicção Exclusiva: Não

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2003 IES: USP

Orientador: Rui Geraldo Camargo Viana

Área de titulação: DIREITO CIVIL

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*

### CARLOS HENRIQUE ABRÃO

#### Horas de Dedicação

Na IES: 40 No programa: 40 Docente Permanente: Sim Dedicção Exclusiva: Sim

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 1990 IES: USP

Orientador: Fábio Konder Comparato

Área de titulação: DIREITO COMERCIAL

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
2	3	5	3	2	5





## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

### GILBERTO PASSOS DE FREITAS

#### Horas de Dedicação

Na IES: 40 No programa: 40 Docente Permanente: Sim Dedicação Exclusiva: Sim

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2003 IES: PUC-SP

Orientador: Oswaldo Henrique Duek Marques

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
		1		5	

### JOÃO ANTUNES DOS SANTOS NETO

#### Horas de Dedicação

Na IES: 40 No programa: 40 Docente Permanente: Sim Dedicação Exclusiva: Sim

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2006 IES: USP

Orientador: Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*

### JOSÉ ANTONIO DE PAULA SANTOS NETO

#### Horas de Dedicação

Na IES: 20 No programa: 20 Docente Permanente: Sim Dedicação Exclusiva: Não

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 1999 IES: USP

Orientador: Álvaro Villaça Azevedo

Área de titulação: DIREITO CIVIL

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

### JOSÉ FERNANDO SIMÃO

#### Horas de Dedicação

Na IES: 12 No programa: 12 Docente Permanente: Não Dedicação Exclusiva: Não

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2007 IES: USP

Orientador: Tereza Ancona Lopez

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
	1	1			

### JOSÉ MAURÍCIO CONTI

#### Horas de Dedicação

Na IES: 12 No programa: 12 Docente Permanente: Não Dedicação Exclusiva: Não

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2000 IES: USP

Orientador: Regis Fernandes de Oliveira

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
1	9	1		2	3

### JOSÉ RAUL GAVIÃO DE ALMEIDA

#### Horas de Dedicação

Na IES: 20 No programa: 20 Docente Permanente: Sim Dedicação Exclusiva: Não

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2000 IES: USP

Orientador: Candido Rangel Dinamarco

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
	8			13	



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

### JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE

#### Horas de Dedicação

Na IES: 20 No programa: 20 Docente Permanente: Sim Dedicação Exclusiva: Não

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 1997 IES: USP

Orientador: Candido Rangel Dinamarco

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
1	26			13	7

### LUÍS FRANCISCO AGUILAR CORTEZ

#### Horas de Dedicação

Na IES: 12 No programa: 12 Docente Permanente: Não Dedicação Exclusiva: Não

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2004 IES: USP

Orientador: Dalmo de Abreu Dallari

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
	35				

### LUIZ ANTONIO SCAVONE JUNIOR

#### Horas de Dedicação

Na IES: 12 No programa: 12 Docente Permanente: Não Dedicação Exclusiva: Não

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2006 IES: PUC-SP

Orientador: João Batista Lopes

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
-----	------	------	-----	-----	-----



# ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

**MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO**

## Horas de Dedicação

Na IES: 20 No programa: 20 Docente Permanente: Sim Dedicação Exclusiva: Não

## Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2006 IES: USP

Orientador: Paulo Fernando Campos Salles de Toledo

Área de titulação: DIREITO COMERCIAL

País: BRASIL

## Experiência Orientação (Número)

IC\* TCC\* ESP\* MP\* ME\* DO\*

81

**MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA**

## Horas de Dedicação

Na IES: 12 No programa: 12 Docente Permanente: Não Dedicação Exclusiva: Não

## Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 1996 IES: PUC-SP

Orientador: Hermínio Alberto Marques Porto

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

## Experiência Orientação (Número)

IC\* TCC\* ESP\* MP\* ME\* DO\*

80 16

**MARCO AURÉLIO STRADIOTTO DE MORAES RIBEIRO**

## Horas de Dedicação

Na IES: 40 No programa: 40 Docente Permanente: Sim Dedicação Exclusiva: Sim

## Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2004 IES: USP

Orientador: Enrique Ricardo Lewandowski

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

## Experiência Orientação (Número)

IC\* TCC\* ESP\* MP\* ME\* DO\*



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

### MARCOS DE LIMA PORTA

#### Horas de Dedicação

Na IES: 40 No programa: 40 Docente Permanente: Sim Dedicação Exclusiva: Sim

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2007 IES: PUC-SP

Orientador: Lucia Valle Figueiredo Collarile

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
	17	33			

### MARCUS VINICIUS DOS SANTOS ANDRADE

#### Horas de Dedicação

Na IES: 40 No programa: 40 Docente Permanente: Sim Dedicação Exclusiva: Sim

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2008 IES: PUC-SP

Orientador: Jose Manoel de Arruda Alvim Netto

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*

### PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

#### Horas de Dedicação

Na IES: 20 No programa: 20 Docente Permanente: Sim Dedicação Exclusiva: Não

#### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 1999 IES: USP

Orientador: José Rogério Cruz e Tucci e Giuseppe Tarzia

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

#### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*



# ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

## PEDRO LUIZ RICARDO GAGLIARDI

### Horas de Dedicção

Na IES: 40 No programa: 40 Docente Permanente: Sim Dedicção Exclusiva: Sim

### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 1994 IES: USP

Orientador: IVETTE SENISE FERREIRA

Área de titulação: DIREITO PENAL

País: BRASIL

### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
-----	------	------	-----	-----	-----

## RICHARD PAULRO PAE KIM

### Horas de Dedicção

Na IES: 12 No programa: 12 Docente Permanente: Não Dedicção Exclusiva: Não

### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2002 IES: USP

Orientador: Odete Medauar

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
		23		9	

## RODRIGO DA CUNHA LIMA FREIRE

### Horas de Dedicção

Na IES: 12 No programa: 12 Docente Permanente: Não Dedicção Exclusiva: Não

### Titulação

Nível: DOUTORADO Ano: 2004 IES: PUC-SP

Orientador: Jose Manoel de Arruda Alvim Netto

Área de titulação: DIREITO

País: BRASIL

### Experiência Orientação (Número)

IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*
1	89	41		1	

**Produção Docente**

**ALBERTO ANTONIO ZVIRBLIS**

**Título da Produção:** Democracia Participativa.

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Democracia Participativa. 2006. São Paulo: RCS

**ALEXANDRE DAVID MALFATTI**

**Título da Produção:** Direito Civil Constitucional

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2001    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Civil Constitucional. Alexandre David Malfatti; Arnaldo Moraes Godoy; Renan Lotufo (coordenador). Curitiba: Juruá, 2001.

**Título da Produção:** Direito Processual Civil - Procedimentos Especiais

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Processual Civil - Procedimentos Especiais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2008.

**Título da Produção:** A Força Normativa dos Princípios Gerais do Direito

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2005    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

A Força Normativa dos Princípios Gerais do Direito. Aldemiro Dantas; Elizeu Amaral Camargo. In: Renan Lotufo (Org.). Lacunas do ordenamento jurídico. 1ª ed. Barueri: Editora Manole Ltda, 2005.

**Título da Produção:** Direito - Informação no Código de Defesa do Consumidor

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2003    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito - Informação no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Alfabeto Jurídico, 2003.

**ANTONIO RULLI JÚNIOR**

**Título da Produção:** O Tribunal de Justiça e a Autonomia na Organização do Concurso de Provas e Títulos de Ingresso na Carreira de Juiz Substituto e da Escola Paulista da Magistratura

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

O Tribunal de Justiça e a Autonomia na Organização do Concurso de Provas e Títulos de Ingresso na Carreira de Juiz Substituto e da Escola Paulista da Magistratura. A Escola Nacional da Magistratura ENFAM e a Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo. V. 01, p. 287-293, 2007.

**Título da Produção:** Jurisdição e Sociedade da Informação

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Jurisdição e Sociedade da Informação - Anais do I Congresso Brasileiro de Direito da Sociedade da Informação - UNIFMU, v. 01, p. 69-71, 2006.

**Título da Produção:** Homenagem ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Homenagem ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski. Cadernos Jurídicos (São Paulo), v. 01, p. 131-133, 2006.

**Título da Produção:** A Viabilidade do Mercosul e Espaços de Integração

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2005    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

A Viabilidade do Mercosul e Espaços de Integração. In: O Direito do trabalho e o direito internacional. Questões relevantes: homenagem ao Professor Osiris Rocha. São Paulo: LTr, p. 150-157, 2005.

**Título da Produção:** Processo Virtual e Jurisdição na Sociedade da Informação

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Processo Virtual e Jurisdição na Sociedade da Informação. Revista da Escola Paulista da Magistratura - EPM. V.1, p. 25-37, 2007.

**Título da Produção:** Jurisdição: História da Reforma de uma Magistratura Pouco Sabida

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2005    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Jurisdição: História da Reforma de uma Magistratura Pouco Sabida. Revista do Curso de Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - UniFMU, p. 17-20, 2005.

**Título da Produção:** Educação à Distância, Sociedade da Informação, Jurisdição, Teleconferência e Internet

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Educação à Distância, Sociedade da Informação, Jurisdição, Teleconferência e Internet. Revista da EPM - Escola Paulista da Magistratura, v. 01, p. 7-14, 2006.

## ANTONIO RULLI NETO

**Título da Produção:** Leis de Manu

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2002    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Leis de Manu. 1ª ed. São Paulo: Fiúza, 2002.

**Título da Produção:** Proteção Legal do Idoso no Brasil

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2003    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Proteção Legal do Idoso no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Fiúza, 2003.

**Título da Produção:** Fundamentos do Processo Civil Moderno

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2001    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Fundamentos do Processo Civil Moderno. DINAMARCO, C. R. (org.). 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

**Título da Produção:** Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

**Título da Produção:** Direitos do Portador de Necessidades Especiais

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2002    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direitos do Portador de Necessidades Especiais. 1ª ed. São Paulo: Fiúza, 2002.





## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

**Título da Produção:** Novo Código Civil - Texto Comparado ao Código Civil Atual

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2002    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Novo Código Civil - Texto Comparado ao Código Civil Atual. VIANA SANTOS, Antonio Carlos. 1ª ed. São Paulo: Fiúza, 2002.

**Título da Produção:** O Papel do Ministério Público na Defesa das Pessoas com Deficiência

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Resumo Anais

**Complemento da citação**

O Papel do Ministério Público na Defesa das Pessoas com Deficiência. In: O Ministério Público em Defesa das Pessoas com Deficiência. Porto Alegre, 2006.

### CARLOS DIAS MOTTA

**Título da Produção:** O Contrato de Caixa de Segurança

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1999    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

O Contrato de Caixa de Segurança. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, v. 02, p. 114-121, 1999.

**Título da Produção:** Direito Matrimonial e Seus Princípios Jurídicos

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Matrimonial e Seus Princípios Jurídicos. São Paulo: RT, 2006.

**Título da Produção:** Princípios Fundamentais de Direito Matrimonial

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Princípios Fundamentais de Direito Matrimonial. In: Antônio Carlos Mathias Coltro (org.). A revisão do Direito de Família. 177ª ed. Rio de Janeiro: GZ, 2008.

**Título da Produção:** Alienação do Controle nas S. A. - Extinção da Oferta Pública Obrigatória

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1998    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Alienação do Controle nas S. A. - Extinção da Oferta Pública Obrigatória. Revista da Escola Paulista da Magistratura, v. 05, p. 126-128, 1998.

**Título da Produção:** Sentenças publicadas nos Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1998    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Sentenças publicadas nos Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura. Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura, 1998.

### CARLOS HENRIQUE ABRÃO

**Título da Produção:** Curso de Direito Comercial

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2006

**Título da Produção:** Da Aplicação Ex Offício do Ato Administrativo

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Da aplicação Ex Offício do Ato Administrativo. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

**GILBERTO PASSOS DE FREITAS**

**Título da Produção:** Abuso de Autoridade

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2001    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Abuso de Autoridade. FREITAS, Gilberto Passos de; FREITAS, Vladimir Passos de. 9ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

**Título da Produção:** Crimes Contra a Natureza

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2001    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Crimes Contra a Natureza. FREITAS, Gilberto Passos de; FREITAS, Vladimir Passos de. 7ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

**Título da Produção:** Direito Ambiental em Evolução

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2001    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Direito Ambiental em Evolução. In: FREITAS, Vladimir Passos de (org.). Direito Penal em Evolução. 1ª. ed. Curitiba: Editora Juruá, p. 103-149, 2001.

**Título da Produção:** Poluição Sonora - Aspectos Legais

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2002    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Poluição Sonora - Aspectos Legais. 1ª ed. Santos: Unisanta, 2002.

**Título da Produção:** Ilícito Penal Ambiental e Recuperação do Dano

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2005    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Ilícito Penal Ambiental e Recuperação do Dano. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

**Título da Produção:** Breves Considerações sobre o Processo Penal Ambiental

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Breves Considerações sobre o Processo Penal Ambiental. In: José Roberto Marques (org.). Leituras Complementares de Direito Ambiental. 1ª ed. Salvador/BA: Jus PODIVM, p. 117-138, 2007.

**Título da Produção:** A Dignidade da Pessoa Humana e a Lei dos Crimes Ambientais

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

A Dignidade da Pessoa Humana e a Lei dos Crimes Ambientais. In: Jorge Miranda; Marco Antonio Marques da Silva (org.). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, p. 1155-1161, 2008.

**JOÃO ANTUNES DOS SANTOS NETO**

**Título da Produção:** Da Anulação Ex Officio do Ato Administrativo

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2004    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Da Anulação Ex Officio do Ato Administrativo. 1ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

**Título da Produção:** Da Anulação Ex Officio do Ato Administrativo

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Da Anulação Ex Officio do Ato Administrativo. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

**Título da Produção:** Legalidade e Decisões Políticas

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2003    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Legalidade e Decisões Políticas. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, v. 1, n. 234, p. 147-175, 2003.

**Título da Produção:** Zoneamento e Função Social da Propriedade Urbana

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2003    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Zoneamento e Função Social da Propriedade Urbana. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v. 1, n. 12, p. 1239-1260, 2003.

**Título da Produção:** Comentários à Lei de Ação Civil Pública e à Lei de Ação Popular

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Comentários à Lei de Ação Civil Pública e à Lei de Ação Popular. In: Susana Henriques da Costa. (org.). Comentários à Lei de Ação Civil Pública e à Lei de Ação Popular. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

**Título da Produção:** Funções do Direito Internacional Na Comunidade Internacional Contemporânea

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Funções do Direito Internacional Na Comunidade Internacional Contemporânea. Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, v. Ano 10, p. 221-234, 2006.

**Título da Produção:** Existem Contratos de Direito Privado Celebrados Pela Administração Pública?

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Existem Contratos de Direito Privado Celebrados Pela Administração Pública? Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, v. Ano 11, p. 229-245, 2007.

**Título da Produção:** Regulação e Regulamentação - Limites e Condicionantes Impostos pelo Princípio da Legalidade

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2005    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Regulação e Regulamentação - Limites e Condicionantes Impostos pelo Princípio da Legalidade. Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, v. 1, p. 223-258, 2005.

### JOSÉ ANTONIO DE PAULA SANTOS NETO

**Título da Produção:** Da Ausência

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2000    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Da Ausência. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000.

**Título da Produção:** Do Pátrio Poder

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1994    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Do Pátrio Poder. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1994.

**Título da Produção:** Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1991    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo. In: Revista dos Tribunais nº 669. São Paulo, 1991

**Título da Produção:** Interesse Processual na Ação de Repetição do Indébito Tributário: Irrelevância do Prévio Requerimento Administrativo

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1998    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Interesse Processual na Ação de Repetição do Indébito Tributário: Irrelevância do Prévio Requerimento Administrativo. In: Participação e Processo. (coord.) Ada Pellegrini Grinover, Cândido Rangel Dinamarco e Kazuo Watanabe. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

**Título da Produção:** Direitos da Pessoa e Direitos da Personalidade - ou Estado da Pessoa, Direitos de Estado, Direito ao Estado e Direitos da Personalidade

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1995    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Direitos da Pessoa e Direitos da Personalidade - ou Estado da Pessoa, Direitos de Estado, Direito ao Estado e Direitos da Personalidade. In: Revista dos Tribunais nº 719, São Paulo, 1995

## JOSÉ FERNANDO SIMÃO

**Título da Produção:** Direito Civil: Contratos

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Civil: Contratos. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

**Título da Produção:** Direito Civil: Contratos

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Civil: Contratos. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

**Título da Produção:** Novamente o Afeto

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Novamente o Afeto. Revista Brasileira de Direito de Família, v. 9, p. 209-212, 2007.

**Título da Produção:** Direito Civil: Direito de Família

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Civil: Direito de Família. Tartuce, Flávio. São Paulo: Método, 2006.

**Título da Produção:** Direito Civil: Direito de Família

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Civil: Direito de Família. Tartuce, Flávio. 2ª ed. São Paulo: Método, 2007.

**Título da Produção:** Direito Civil: Direito de Família

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Civil: Direito de Família. Tartuce, Flávio. 3ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense; Método, 2008.

**Título da Produção:** Direito Civil: Direito das Coisas

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Civil: Direito das Coisas. Tartuce, Flávio. São Paulo: Método, 2008.

**Título da Produção:** Responsabilidade Civil do Incapaz

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Responsabilidade Civil do Incapaz. São Paulo: Atlas, 2008.

**Título da Produção:** Direito Civil: Direito das Sucessões

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Civil: Direito das Sucessões. Tartuce, Flávio. 1ª ed. São Paulo: Método, 2007.

**Título da Produção:** Direito Civil: Direito das Sucessões

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Civil: Direito das Sucessões. Tartuce, Flávio. 2ª ed. São Paulo: Método, 2008.

**Título da Produção:** Direitos Reais Sobre Imóveis e Contratos

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direitos Reais Sobre Imóveis e Contratos. Bunazar, Mauricio Baptiestella. Curitiba: IESDE, 2006.

**Título da Produção:** A Experiência Brasileira do Tabaco

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

A Experiência Brasileira do Tabaco. Revista Jurídica Consulex, v. 273, p. 40-41, 2008.

**Título da Produção:** Legislação Civil Especial: Locação e Propriedade Fiduciária

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Legislação Civil Especial: Locação e Propriedade Fiduciária. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

**Título da Produção:** Requisitos do Erro como Vício de Consentimento no Código Civil

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Requisitos do Erro como Vício de Consentimento no Código Civil. In: Mário Luiz Delgado; Jones Figueiredo Alves (org.). Novo Código Civil: Questões Controvertidas. 1ª ed. São Paulo: Método, 2007.

**Título da Produção:** Compra e Venda: Comentários aos Arts. 484 a 489 do Código Civil

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Compra e Venda: Comentários aos Arts. 484 a 489 do Código Civil. In: Claudete Carvalho Canezin. (org.). Arte Jurídica: Biblioteca Científica de Direito e Processo Civil. Curitiba: Juruá, 2006.

**Título da Produção:** O Código Civil de 2002 e a Constituição Federal: 5 Anos e 20 Anos

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2009    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

O Código Civil de 2002 e a Constituição Federal: 5 Anos e 20 Anos. In: Alexandre de Moraes (coord.). Os 20 Anos da Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 2009.

**Título da Produção:** Responsabilidade Civil pelos Atos de Terceiros e pelo Fato de Coisas

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Responsabilidade Civil pelos Atos de Terceiros e pelo Fato de Coisas. In: Regina Beatriz Tavares da Silva (coord.). (org.). Responsabilidade Civil e sua Repercussão nos Tribunais. São Paulo: Saraiva, 2008.

**Título da Produção:** Ser ou não Ser: Outorga Conjugal e Solidariedade Familiar

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Ser ou não Ser: Outorga Conjugal e Solidariedade Familiar. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. V. 3, p. 56-74, 2008.

**Título da Produção:** O Direito de Vizinhança no Código Civil de 2002: Questões Controvertidas

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

O Direito de Vizinhança no Código Civil de 2002: Questões Controvertidas. In: Novo Código Civil: questões controvertidas - Direito das Coisas. São Paulo: Método, 2008.

**Título da Produção:** Sucessão Legítima: o Cônjuge como Herdeiro Necessário e a Questão da Concorrência

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Sucessão Legítima: o Cônjuge como Herdeiro Necessário e a Questão da Concorrência. In: Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka. (org.). A Outra Face do Poder Judiciário: Decisões Inovadoras e Mudanças e Paradigmas. 1ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

**Título da Produção:** Vícios do Produto no Novo Código Civil e no Código do Consumidor: Responsabilidade Civil

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2003    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Vícios do Produto no Novo Código Civil e no Código do Consumidor: Responsabilidade Civil. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**Título da Produção:** Início da Personalidade Jurídica: Natalistas X Conceptionistas - O Embate Dos Titãs

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Início da Personalidade Jurídica: Natalistas X Conceptionistas - O Embate Dos Titãs. Prática Jurídica, v. 74, p. 56-57, 2008.

**Título da Produção:** Responsabilidade Civil pelo Fato do Animal: Estudo Comparativo dos Códigos Cíveis de 1916 e de 2002

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Responsabilidade Civil pelo Fato do Animal: Estudo Comparativo dos Códigos Cíveis de 1916 e de 2002. In: Mário Luiz Delgado; Jones Figueiredo Alves (org.). Questões Controvertidas no Novo Código Civil. São Paulo: Método, 2006.

**Título da Produção:** Responsabilidade Civil das Concessionárias de Energia Elétrica por Danos ao Consumidor: Conflito de Normas

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Responsabilidade Civil das Concessionárias de Energia Elétrica por Danos ao Consumidor: Conflito de Normas. In: Elena Landau (org.). Regulação Jurídica do Setor Elétrico. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

**Título da Produção:** O Prazo para Reclamação por Vícios Ocultos nas Relações Cíveis e de Consumo: Críticas aos Artigos 455 do Código Civil e 26 do Código de Defesa do Consumidor

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

O Prazo para Reclamação por Vícios Ocultos nas Relações Cíveis e de Consumo: Críticas aos Artigos 455 do Código Civil e 26 do Código de Defesa do Consumidor. In: Lucas Abreu Barroso. (org.). Introdução Crítica ao Código Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

**Título da Produção:** O Teor da Nova Redação do Art. 1.031 do CPC, dada pela Lei 11.441/2007, continua sendo necessária à Homologação Judicial a todos os Inventários e Partilhas

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

O Teor da Nova Redação do Art. 1.031 do CPC, dada pela Lei 11.441/2007, continua sendo necessária à Homologação Judicial a todos os Inventários e Partilhas. In: Antonio Carlos Mathias Coltro; Mário Luiz Delgado (org.). Separação, Divórcio, Partilhas e Inventários Extrajudiciais. 1ª ed. São Paulo: Método, 2007.

O Teor da Nova Redação do Art. 1.031 do CPC, dada pela Lei 11.441/2007, continua sendo necessária à Homologação Judicial a todos os Inventários e Partilhas. In: Antonio Carlos Mathias Coltro; Mário Luiz Delgado (org.). Separação, Divórcio, Partilhas e Inventários Extrajudiciais. 1ª ed. São Paulo: Método, 2007.

**JOSÉ MAURÍCIO CONTI**

**Título da Produção:** Artigos 32 a 39

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Artigos 32 a 39. In: Martins, Ives Gandra Silva; Nascimento, Carlos Valder do. (org.). Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Saraiva, p. 227-257, 2007.

**Título da Produção:** Federalismo Fiscal

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2004    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Federalismo Fiscal (org.). 1ª ed. Barueri: Manole, 2004.

**Título da Produção:** A Carreira de Professor da USP

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

A Carreira de Professor da USP. In: Mauricio Conti (org.). As Carreiras Jurídicas. Ribeirão Preto: Migalhas, p. 21-24, 2008.

**Título da Produção:** Direito Financeiro na Constituição de 1988

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1998    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Financeiro na Constituição de 1988. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1998.

**Título da Produção:** A Autonomia Financeira do Poder Judiciário

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

A Autonomia Financeira do Poder Judiciário. São Paulo: MP Editora, 2006.

**Título da Produção:** Federalismo Fiscal e Fundos de Participação

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2001    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Federalismo Fiscal e Fundos de Participação. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

**Título da Produção:** Direito Tributário. Homenagem a Paulo de Barros Carvalho

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Direito Tributário. Homenagem a Paulo de Barros Carvalho. In: Luis Eduardo (org.). Federalismo Fiscal e Reforma Tributária: Utopia ou Realidade? São Paulo, p. 907-915, 2008.

**Título da Produção:** Princípios Tributários da Capacidade Contributiva e da Progressividade

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1996    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Princípios Tributários da Capacidade Contributiva e da Progressividade. São Paulo: Dialética, 1996.

**JOSÉ RAUL GAVIÃO DE ALMEIDA**

**Título da Produção:** Acesso Efetivo à Justiça

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Acesso Efetivo à Justiça. In: José de Faria Costa; Marco Antonio Marques da Silva (org.). Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais - visão Luso-Brasileira. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2006, v. 1, p. 567-577, 2006.

**Título da Produção:** Da Nova Lei Penal

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1985    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Da Nova Lei Penal. Revista Jurídica da Faculdade de Direito da PUC. Campinas, v. 3, p. 84-86, 1985.

**Título da Produção:** A Súmula Vinculante e a Responsabilidade Civil

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

A Súmula Vinculante e a Responsabilidade Civil. In: José Luiz Gavião de Almeida (org.). Temas Atuais de Responsabilidade Civil. 1ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, v. 1, p. 161-176, 2007.

**Título da Produção:** Do Julgamento Antecipado da Lide Penal

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1995    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Do Julgamento Antecipado da Lide Penal. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, v. 12, p. 124-129, 1995.

**Título da Produção:** Prisão Civil em Contrato de Alienação Fiduciária

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1982    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Prisão Civil em Contrato de Alienação Fiduciária. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 563, p. 42-47, 1982.

## **JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE**

**Título da Produção:** Poderes Instrutórios do Juiz

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1991    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Poderes Instrutórios do Juiz. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.

**Título da Produção:** Nulidades Processuais e Apelação

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Nulidades Processuais e Apelação. In: Adroaldo Furtado Fabrício (org.). Meios de impugnação ao Julgado Civil: Estudos em Homenagem a José Carlos Barbosa Moreira. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

**Título da Produção:** Causa de Pedir e Pedido no Processo Civil

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2002    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Causa de Pedir e Pedido no Processo Civil. Tucci, J. R. C. (org.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

**Título da Produção:** Efetividade do Processo e Técnica Processual

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Efetividade do Processo e Técnica Processual. Malheiros Editores, 2006.

**Título da Produção:** Novas Tendências em Matéria de Fase Preliminar

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Trab. completo Anais

**Complemento da citação**

Novas Tendências em Matéria de Fase Preliminar. Relatório de Síntese. In: XIII Congresso Mundial de Direito Processual. Salvador. Direito Processual Comparado, 2007, p. 257-264.



**Título da Produção:** Direito e Processo: Influência do Direito Material sobre o Processo

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1995    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito e Processo: Influência do Direito Material sobre o Processo. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

**Título da Produção:** Algumas Considerações Sobre o Cumprimento de Sentença Condenatória

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Algumas Considerações Sobre o Cumprimento de Sentença Condenatória. In: Arruda Alvim e Eduardo Arruda Alvim (org). Atualidades do Processo Civil. Curitiba: Juruá, 2006.

**Título da Produção:** Prorrogação Legal de Competência: Aspectos Teóricos e Práticos

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Prorrogação Legal de Competência: Aspectos Teóricos e Práticos. Revista do Advogado. São Paulo, v. 88, p. 1-2, 2006.

**Título da Produção:** Algumas Considerações Sobre o Cumprimento de Sentença Condenatória

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Algumas Considerações Sobre o Cumprimento de Sentença Condenatória. Revista do Advogado. São Paulo, v. 85, p. 1-2, 2006.

**Título da Produção:** Tutela Cautelar e Tutela Antecipada: Tutelas Sumárias e de Urgência (tentativa de Sistematização)

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1998    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Tutela Cautelar e Tutela Antecipada: Tutelas Sumárias e de Urgência (tentativa de Sistematização). São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

### LUÍS FRANCISCO AGUILAR CORTEZ

**Título da Produção:** Biodireito

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2005    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Biodireito. 1ª ed. Campinas: Lexsystemas, 2005.

**Título da Produção:** As Mudanças Sociais da Família e o Direito

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2004    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

As Mudanças Sociais da Família e o Direito. In: Arnaldo Lemos Filho; Glauco Barsalini; Luis Renato Vedovato; Oscar Melin Filho (org.). Sociologia Geral e do Direito. 3ª ed. Campinas: Alínea, v. 1, p. 285-308, 2004.

**Título da Produção:** Federalismo e Orçamento: Autonomia Financeira do Executivo, do Legislativo e do Judiciário

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2004    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Federalismo e Orçamento: Autonomia Financeira do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. In: José Mauricio Conti (org.). Federalismo Fiscal. 1ª ed. Barueri, SP: Manole, v. 1, p. 163-189, 2004.

### LUIZ ANTONIO SCAVONE JUNIOR

**Título da Produção:** Obrigações

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Obrigações. 4ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.

**Título da Produção:** Manual de Arbitragem

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Manual de Arbitragem. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

**Título da Produção:** Manual de Arbitragem

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2009    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Manual de Arbitragem. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 1, 2009.

**Título da Produção:** Comentários ao Código Civil

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Comentários ao Código Civil. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

**Título da Produção:** Juros no Direito Brasileiro

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Juros no Direito Brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

**Título da Produção:** Comentários ao Código Civil

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2009    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Comentários ao Código Civil. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

**Título da Produção:** Do Descumprimento das Obrigações

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Do Descumprimento das Obrigações. 1ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.

**Título da Produção:** Comentários ao Código Civil Brasileiro

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Comentários ao Código Civil Brasileiro. Castro Filho; Santos Andrade, Marcus Vinicius dos; Mesquita, Eduardo Melo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

**Título da Produção:** Perspectivas para o Mercado Imobiliário

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2009    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Perspectivas para o Mercado Imobiliário. Diário das Leis Imobiliário, v. XXIX, p. 35, 2009.

**Título da Produção:** Contrato "Buit To Suit" e a Lei do Inquilinato

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Contrato "Buit To Suit" e a Lei do Inquilinato. Diário das Leis Imobiliário, v. XXVIII, p. 6-8, 2008.

**Título da Produção:** As Assembléias dos Condomínios Edifícios na Sociedade da Informação: A Possibilidade da Assembléia por Meio Eletrônico

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

As Assembléias dos Condomínios Edifícios na Sociedade da Informação: A Possibilidade da Assembléia por Meio Eletrônico. In: Liliana Minardi Paesani (org.). O direito na sociedade da informação. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

**MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO**

**Título da Produção:** Lei de Falências Comentada

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2001    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Lei de Falências Comentada. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

**Título da Produção:** Súmulas de Direito Comercial

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2003    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Súmulas de Direito Comercial. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

**Título da Produção:** Aspectos Controvertidos do Novo Código Civil

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2003    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Aspectos Controvertidos do Novo Código Civil. Alvim, Arruda. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

**Título da Produção:** Nova Lei de Recuperação e Falências Comentada

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2005    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Nova Lei de Recuperação e Falências Comentada. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

**Título da Produção:** Jurisprudência na Nova Lei de Recuperação de Empresas e de Falência

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Jurisprudência na Nova Lei de Recuperação de Empresas e de Falência. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

**Título da Produção:** Direito Societário e a Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Societário e a Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

**Título da Produção:** As Consequências da Recuperação e Falência Sobre os Contratos Firmados

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

As Consequências da Recuperação e Falência Sobre os Contratos Firmados. In: Direito dos Contratos, vol. 2. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

**Título da Produção:** Títulos de Crédito: Teoria Geral e Títulos Atípicos em Face do Novo Código Civil

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2004    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Títulos de Crédito: Teoria Geral e Títulos Atípicos em Face do Novo Código Civil. Penteado, Rodrigues. 1ª ed. São Paulo: Ed. Walmar, 2004.

**MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA**

**Título da Produção:** Globalização e Direito Penal Econômico

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Globalização e Direito Penal Econômico. In: José de Faria Costa; Marco Antonio Marques da Silva (org.). Direito Penal Especial. Processo Penal e Direitos Fundamentais. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, p. 401-434, 2006.

**Título da Produção:** Processo Penal e Garantias Constitucionais

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Processo Penal e Garantias Constitucionais. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2006.

**Título da Produção:** Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

**Título da Produção:** A Efetividade do Acesso à Justiça

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

A Efetividade do Acesso à Justiça. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo. V. ano 9, p. 125-144, 2006.

**Título da Produção:** Direito Penal Especial. Processo Penal e Direitos Fundamentais

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Direito Penal Especial. Processo Penal e Direitos Fundamentais. Oliveira, Márcio Miguel Fernando de (org.). 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

**Título da Produção:** Cidadania e Democracia: Instrumentos para a Efetivação da Dignidade Humana

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Cidadania e Democracia: Instrumentos para a Efetivação da Dignidade Humana. In: Jorge Miranda; Marco Antonio Marques da Silva (org.). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, p. 223-236, 2008.

**Título da Produção:** Igualdade na Persecução Criminal. Investigação e produção de provas nos limites constitucionais

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Igualdade na Persecução Criminal. Investigação e produção de provas nos limites constitucionais. In: Marco Antonio Marques da Silva (org.). Processo Penal e Garantias Constitucionais. São Paulo: Quartier Latin, v. 1, p. 469-473, 2006.

## MARCO AURÉLIO STRADIOTTO DE MORAES RIBEIRO

**Título da Produção:** A Medida Provisória no Presidencialismo Brasileiro

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

A Medida Provisória no Presidencialismo Brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

**Título da Produção:** Ação Declaratória de Constitucionalidade

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1995    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Ação Declaratória de Constitucionalidade. Revista da faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 90, p. 431-437, 1995.

## MARCOS DE LIMA PORTA

**Título da Produção:** Escritos de Direito Público

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Escritos de Direito Público. Editora Litteris, 2006

**MARCUS VINICIUS DOS SANTOS ANDRADE**

**Título da Produção:** Comentários aos Artigos 334 a 359 do Código Civil Brasileiro

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Comentários aos Artigos 334 a 359 do Código Civil Brasileiro. In: Arruda Alvim e Tereza Arruda Alvim (org.). Comentários ao Código Civil Brasileiro: do direito das obrigações (arts. 304 a 420). Rio de Janeiro: Forense, 2006.

**Título da Produção:** Considerações Sobre a Arbitragem e o Cumprimento da Sentença Arbitral

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Considerações Sobre a Arbitragem e o Cumprimento da Sentença Arbitral. Revista de Arbitragem e Mediação. V. ano 4, p. 19-64, 2007.

**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON**

**Título da Produção:** Embargos à Execução

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2001    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Embargos à Execução. 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

**Título da Produção:** Sentença e Liquidação no CPC

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Sentença e Liquidação no CPC. In: Luiz Fux; Nelson Nery Jr; Teresa Arruda Alvim Wambier (org.). Constituição e Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 910-921, 2006.

**Título da Produção:** Eficácia das Decisões e Execução Provisória

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2000    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Eficácia das Decisões e Execução Provisória. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

**Título da Produção:** Garantia do Tratamento Paritário das Partes

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 1999    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Garantia do Tratamento Paritário das Partes. In: José Rogério Cruz e Tucci (org.). Garantias Constitucionais de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

**Título da Produção:** Comentários aos arts. 603 a 645 e 732 a 795

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2005    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Comentários aos arts. 603 a 645 e 732 a 795. In: Antonio Carlos Marcato (org.). Código de Processo Civil Interpretado. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

**Título da Produção:** Devido Processo Legal Substancial

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2002    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Devido Processo Legal Substancial. Revista Iberoamericana de Derecho Procesal. Buenos Aires, v. II, 2002.

**Título da Produção:** Análise Crítica da Liquidação e Execução na Tutela Coletiva

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Análise Crítica da Liquidação e Execução na Tutela Coletiva. In: Paulo Henrique dos Santos Lucon (org.). Tutela Coletiva - 20 anos da Lei de Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - 15 Anos do Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Editora Atlas, p. 163-183, 2006.

**Título da Produção:** Interpretação do Pedido e da Causa de Pedir nas Demandas Coletivas (conexão, Continência e Litispendência)

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Interpretação do Pedido e da Causa de Pedir nas Demandas Coletivas (conexão, Continência e Litispendência). In: Paulo Henrique dos Santos Lucon (org.). Tutela Coletiva - 20 anos da Lei de Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - 15 Anos do Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Editora Atlas, p. 184-199, 2006.

**Título da Produção:** Tutela Coletiva - 20 Anos da Lei da Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - 15 Anos do Código de Defesa do Consumidor

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Tutela Coletiva - 20 Anos da Lei da Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - 15 Anos do Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

## PEDRO LUIZ RICARDO GAGLIARDI

**Título da Produção:** A instância administrativa e os crimes tributários.

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de Livro

**Complemento da citação**

A instância administrativa e os crimes tributários. In: José de Faria Costa e Marco Antonio Marques da Silva (org.). Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, p. 533-553, 2006.

**Título da Produção:** Comunicação Social e a Tutela Jurídica da Dignidade Humana.

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de Livro

**Complemento da citação**

Comunicação Social e a Tutela Jurídica da Dignidade Humana. In: Jorge Miranda; Marco Antonio Marques da Silva (org.). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

## RICHARD PAULO PAE KIM

**Título da Produção:** Depoimento com Redução de Dano Como Instrumento de Garantia Constitucional da Dignidade do Tratamento à Vítima de Violência Sexual e Doméstica: Uma Nova Perspectiva

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2008    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Depoimento com Redução de Dano Como Instrumento de Garantia Constitucional da Dignidade do Tratamento à Vítima de Violência Sexual e Doméstica: Uma Nova Perspectiva. Eduardo Rezende de Melo e Richard Pae Kim. Revista da Escola Paulista da Magistratura, v. 8, p. 95-128, 2008.

**Título da Produção:** Direito Subjetivo à Educação Infantil

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Resumo Anais

**Complemento da citação**

Direito Subjetivo à Educação Infantil. In: XIV Congresso Nacional do CONPEDI. Fortaleza, 2006.

**Título da Produção:** Metamorfose das Relações Privadas e Públicas

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Resumo Anais

**Complemento da citação**

Metamorfose das Relações Privadas e Públicas. In: VI Encontro Científico da Universidade Paulista. São Paulo, UNIP, p. 55, 2006.

**Título da Produção:** A Responsabilidade do Estado por Omissão é Objetiva

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2004    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

A Responsabilidade do Estado por Omissão é Objetiva. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos. Instituto Toledo de Ensino, v. 39, p. 177-180, 2004.

**Título da Produção:** Responsabilité Publique Dans Le Traitement Des Adolescents en Conflit Avec La Loi

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Responsabilité Publique Dans Le Traitement Des Adolescents en Conflit Avec La Loi. In: Association franco-brésillienne pour le droit et la psychanalyse. (org.). Des Jeune Face a La Loi. Marly-le-Roi: INJEP, v. 1, p. 89-94, 2007.



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

**Título da Produção:** Responsabilidade do Estado nas Ocupações Ilícitas - Invasões dos Sem-Teto e dos Sem-Terra - A Omissão do Estado no Poder de Polícia  
**ISSN:** **Ano da Publicação:** 2004 **Destaque:** Sim **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

### Complemento da citação

Responsabilidade do Estado nas Ocupações Ilícitas - Invasões dos Sem-Teto e dos Sem-Terra - A Omissão do Estado no Poder de Polícia. 1ª ed. Campinas: Edicamp Ícone Editora, 2004.

**Título da Produção:** Depoimento com Redução de Dano e a Importância de sua Implementação e Funcionamento para Crianças e Adolescentes Vítimas de Maus-Tratos  
**ISSN:** **Ano da Publicação:** 2007 **Destaque:** Sim **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

### Complemento da citação

Depoimento com Redução de Dano e a Importância de sua Implementação e Funcionamento para Crianças e Adolescentes Vítimas de Maus-Tratos. Eduardo Rezende de Melo e Richard Pae Kim. *Justitia - Revista do Ministério Público de São Paulo*, v. 197, p. 387-408, 2007.

## RODRIGO DA CUNHA LIMA FREIRE

**Título da Produção:** Do Direito de Família  
**ISSN:** **Ano da Publicação:** 2006 **Destaque:** Não **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

### Complemento da citação

Do Direito de Família. Freire, Rodrigo da Cunha Lima; Camillo, Carlos Eduardo Nicoletti. In: Arruda Alvim; Teresa Alvim (org.). *Comentários ao Código Civil Brasileiro: do Direito de Família*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, v. XIV, p. 87-195, 2006.

**Título da Produção:** Processo Civil e Sociedade da Informação  
**ISSN:** **Ano da Publicação:** 2007 **Destaque:** Não **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

### Complemento da citação

Processo Civil e Sociedade da Informação. In: Duarte, Bento Herculano; Duarte, Ronnie Preuss (org.). *Processo Civil: aspectos relevantes*, v. 2: Estudos em Homenagem ao Prof. Humberto Theodoro Júnior. 1ª ed. São Paulo: Método, p. 451-464, 2007.

**Título da Produção:** Reforma do CPC 2: Leis 11.382/2006 e 11.341/2006  
**ISSN:** **Ano da Publicação:** 2007 **Destaque:** Sim **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

### Complemento da citação

Reforma do CPC 2: Leis 11.382/2006 e 11.341/2006. Ramos, Glauco Gumerato; Mazzei, Rodrigo; Neves, Daniel Amorim Assumpção. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

**Título da Produção:** Condições da Ação: Enfoque sobre o Interesse de Agir  
**ISSN:** **Ano da Publicação:** 2005 **Destaque:** Sim **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

### Complemento da citação

Condições da Ação: Enfoque sobre o Interesse de Agir. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

**Título da Produção:** Tutela inibitória dos ilícitos praticados pela Internet  
**ISSN:** **Ano da Publicação:** 2007 **Destaque:** Não **Tipo de produção:** Bibliográfica - Trab. completo Anais

### Complemento da citação

Tutela inibitória dos ilícitos praticados pela Internet. In: I Congresso Brasileiro de Direito da Sociedade da Informação. *Anais do I Congresso Brasileiro de Direito da Sociedade da Informação*. São Paulo: FMU, v.1, p. 61-63, 2007.

**Título da Produção:** O Processo Civil na Sociedade da Informação: Estudo de um Caso  
**ISSN:** **Ano da Publicação:** 2006 **Destaque:** Não **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

### Complemento da citação

O Processo Civil na Sociedade da Informação: Estudo de um Caso. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*. São Paulo, v. 17, p. 241-260, 2006.

**Título da Produção:** Reflexões sobre o cabimento dos embargos de divergência em recurso especial  
**ISSN:** **Ano da Publicação:** 2007 **Destaque:** Não **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

### Complemento da citação

Reflexões sobre o cabimento dos embargos de divergência em recurso especial. In: Assis, Araken; Arruda Alvim, Eduardo; Nery Jr, Nelson; Mazzei, Rodrigo; Arruda Alvim Wambier, Teresa; Alvim, Teresa (org.). *Direito Civil e Processo: Estudos em homenagem ao Professor Arruda Alvim*. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.1, p. 1211-1229, 2007.

**Título da Produção:** Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional Efetiva na Sociedade Informacional  
**ISSN:** **Ano da Publicação:** 2007 **Destaque:** Não **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

### Complemento da citação

Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional Efetiva na Sociedade Informacional. In: Liliansa Minardi Paesani (org.). *O Direito na Sociedade da Informação*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, p. 301-316, 2007.



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

Projeto de Pesquisa

**Título da Produção:** Reforma do CPC: Leis 11.187/2005, 11.232/2005, 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Reforma do CPC: Leis 11.187/2005, 11.232/2005, 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006. Ramos, Glauco Gumerato; Mazzei, Rodrigo; Neves, Daniel Amorim Assumpção. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

**Título da Produção:** Três Ordens de Questões no Processo Cautelar: Preliminares, Prejudiciais e Mérito Cautelar

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2003    **Destaque:** Sim    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

Três Ordens de Questões no Processo Cautelar: Preliminares, Prejudiciais e Mérito Cautelar. In: Arruda Alvim, Eduardo; Arruda Alvim (org.). Inovações sobre o direito processual civil: tutelas de urgência. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, p. 393-420, 2003.

**Título da Produção:** Ausência de Preparo e o Novo 4º do Art. 515 do CPC: Técnica a Serviço da Efetividade

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2006    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Ausência de Preparo e o Novo 4º do Art. 515 do CPC: Técnica a Serviço da Efetividade. Revista de Processo. São Paulo, v. 137, p. 87-95, 2006.

**Título da Produção:** Terceira Etapa da Reforma do Código de Processo Civil - Estudos em Homenagem ao Ministro José Augusto Delgado

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Livro

**Complemento da citação**

Terceira Etapa da Reforma do Código de Processo Civil - Estudos em Homenagem ao Ministro José Augusto Delgado. Freire, Rodrigo da Cunha Lima; Caldeira, Adriano (org.). 1ª ed. Salvador: Jus Podivim, 2007.

**Título da Produção:** O Início do Prazo para o Cumprimento Voluntário da Sentença e a Multa Prevista no Caput do Artigo 475-J do CPC

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Capítulo de livro

**Complemento da citação**

O Início do Prazo para o Cumprimento Voluntário da Sentença e a Multa Prevista no Caput do Artigo 475-J do CPC. In: Arruda Alvim Wambier, Teresa; Nery Jr, Nelson; Santos, Ernane Fidélis dos; Wambier, Luiz Rodrigues (org.). Execução Civil: estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 250-253, 2007.

**Título da Produção:** Primeira Decisão do Superior Tribunal de Justiça Acerca do Início do Prazo para o Cumprimento da Sentença: Breves Considerações

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Não    **Tipo de produção:** Bibliográfica - Artigo completo em periódico

**Complemento da citação**

Primeira Decisão do Superior Tribunal de Justiça Acerca do Início do Prazo para o Cumprimento da Sentença: Breves Considerações. Jus Navigandi (Teresina), p. 1511, 2007.

**Título da Produção:** A irretroatividade da Mutação Jurisprudencial na era da Informação Tecnológica

**ISSN:**                      **Ano da Publicação:** 2007    **Destaque:** Sim    **Tipo de Produção:** Bibliográfica - Capítulo de Livro

**Complemento da citação**

A irretroatividade da Mutação Jurisprudencial na era da Informação Tecnológica. In: Freire, Rodrigo da Cunha Lima; Caldeira, Adriano (org.). Terceira Etapa da Reforma do Código de Processo Civil - Estudos em Homenagem ao Ministro José Augusto Delgado. 1ª ed. Salvador: Jus Podivim, v.1, p. 299-320, 2007.





# ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

## Projeto de Pesquisa

**Nome do projeto:** Jurisdição e Cidadania

**Linha de Pesquisa:** Jurisdição e efetividade das decisões judiciais

**Ano Início:** 2006

**Descrição do projeto**

Efetividade das decisões judiciais.

**Docente:** Antonio Rulli Neto

Carlos Henrique Abrão

João Antunes dos Santos Neto

Marcus Vinicius dos Santos Andrade

Pedro Luiz Ricardo Gagliardi

---

**Nome do projeto:** Jurisdição e Cidadania

**Linha de Pesquisa:** Constituição e os Novos Direitos

**Ano Início:** 2006

**Descrição do projeto**

Hermenêutica constitucional.

**Docente:** Antonio Rulli Júnior

Gilberto Passos de Freitas

Luís Francisco Aguilar Cortez

Manoel Justino Bezerra Filho

Marco Aurélio Stradiotto de Moraes Ribei

Marcos de Lima Porta

---



## ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

### Consolidação de Proposta Disciplinas - Docentes Permanentes

#### ALBERTO ANTONIO ZVIRBLIS

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DO DIREITO
Mestrado Acadêmico	TEORIA DA NORMA E CRISE DO POSITIVISMO JURÍDICO

#### ALEXANDRE DAVID MALFATTI

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	METODOLOGIA CIENTÍFICA E PESQUISA NO DIREITO

#### ANTONIO RULLI JÚNIOR

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

#### ANTONIO RULLI NETO

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	TÉCNICAS PROCESSUAIS E EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL
Mestrado Acadêmico	NOVAS RELAÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

#### CARLOS DIAS MOTTA

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	TÉCNICAS PROCESSUAIS E EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL

#### CARLOS HENRIQUE ABRÃO

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	TRIBUTAÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

#### GILBERTO PASSOS DE FREITAS

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	LÓGICA JURÍDICA

#### JOÃO ANTUNES DOS SANTOS NETO

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	LÓGICA JURÍDICA

#### JOSÉ ANTONIO DE PAULA SANTOS NETO

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	TÉCNICAS PROCESSUAIS E EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL

#### JOSÉ RAUL GAVIÃO DE ALMEIDA

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	O SISTEMA PENAL EM CRISE

**JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE**

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	TÉCNICAS PROCESSUAIS E EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL

**MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO**

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	TRIBUTAÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

**MARCO AURÉLIO STRADIOTTO DE MORAES RIBEIRO**

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	DIREITOS FUNDAMENTAIS E JURISDIÇÃO

**MARCOS DE LIMA PORTA**

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	METODOLOGIA CIENTÍFICA E PESQUISA NO DIREITO

**MARCUS VINICIUS DOS SANTOS ANDRADE**

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DO DIREITO
Mestrado Acadêmico	TEORIA DA NORMA E CRISE DO POSITIVISMO JURÍDICO

**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON**

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	DIREITOS FUNDAMENTAIS E JURISDIÇÃO

**PEDRO LUIZ RICARDO GAGLIARDI**

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	O SISTEMA PENAL EM CRISE



# ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

## Consolidação de Proposta Disciplinas - Docentes Colaboradores

### JOSÉ FERNANDO SIMÃO

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	NOVAS RELAÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

### JOSÉ MAURÍCIO CONTI

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E DIREITOS PRIVADOS

### LUÍS FRANCISCO AGUILAR CORTEZ

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

### LUIZ ANTONIO SCAVONE JUNIOR

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	NOVAS RELAÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

### MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	O SISTEMA PENAL EM CRISE

### RICHARD PAULO PAE KIM

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E DIREITOS PRIVADOS

### RODRIGO DA CUNHA LIMA FREIRE

Nível	Disciplina
Mestrado Acadêmico	HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E DIREITOS PRIVADO

## Consolidação - Corpo Docente

### Vínculo e Titulação - Docente Permanente

IES	Nome	Vínculo Institucional		Titulação Maior Nível			Experiência Internacional de Formação			Pesquisador CNPQ		
		Depto.	Cargo	Início	Instituição	País	Ano	Orientador	Doutorado Sandwich		Pós-Doutorado	
									Ano	Instituição	Iníci	Fim
EPM	Alberto Antonio Zvirblis	Iniciação Funcional	Monitor	1998	PUC-SP	BRASIL	2004	Maria Garcia				
EPM	Alexandre David Malfatti	Iniciação Funcional	Monitor	2006	PUC-SP	BRASIL	2007	Sergio Seiji Shimura				
EPM	Antonio Rulli Júnior	Iniciação Funcional	Professor convidado	2006	PUC-SP	BRASIL	1992	Michel Temer				
EPM	Antonio Rulli Neto	Iniciação Funcional	Professor Convidado	2008	PUC-SP	BRASIL	2008	Maria Helena Diniz				
EPM	Carlos Dias Motta	Especialização	Subcoordenador	2003	USP	BRASIL	2003	Rui Geraldo Camargo Viana				
EPM	Carlos Henrique Abrão	Especialização	Professor Convidado	2004	USP	BRASIL	1990	Fábio Konder Comparato				
EPM	Gilberto Passos de Freitas	Especialização	Professor Convidado	2003	PUC-SP	BRASIL	2003	Oswaldo Henrique Duek Marques				
EPM	João Antunes dos Santos Neto	Especialização	Monitor	2001	USP	BRASIL	2006	Maria Sylvia Zanella Di Pietro				
EPM	José Antonio de Paula Santos Neto	Especialização	Monitor	2003	USP	BRASIL	1999	Álvaro Villaça Azevedo				
EPM	José Raul Gavião de Almeida	Iniciação Funcional	Professor Convidado	2003	USP	BRASIL	2000	Candido Rangel Dinamarco				
EPM	José Roberto dos Santos Bedaque	Especialização	Coordenador	2002	USP	BRASIL	1997	Candido Rangel Dinamarco				
EPM	Manoel Justino Bezerra Filho	Especialização	Subcoordenador	2003	USP	BRASIL	2006	Paulo Fernando Campos Salles de Toledo				
EPM	Marco Aurélio Stradiotto de Moraes Ríbei	Iniciação Funcional	Professor Convidado	2008	USP	BRASIL	2004	Enrique Ricardo				
EPM	Marcos de Lima Porta	Iniciação Funcional	Professor Convidado	2001	PUC-SP	BRASIL	2007	Lucia Valle Figueiredo Collarile				
EPM	Marcus Vinicius dos Santos Andrade	Iniciação Funcional	Coordenador	1998	PUC-SP	BRASIL	2008	Jose Manoel de Arruda Alvim Netto				
EPM	Paulo Henrique dos Santos Lucon	Especialização	Professor convidado	2002	USP	BRASIL	1999	José Rogério Cruz e Tucci e Giuseppe Tarzia				
EPM	Pedro Luiz R. Gagliardi	Iniciação Funcional	Monitor	1999	USP	BRASIL	1994	Ivette Senise Ferreira				

## Consolidação - Corpo Docente

### Vinculo e Titulação - Docente Colaborador

Docente	Vinculo Institucional			Titulação Maior Nível			Experiência Internacional de Formação				Pesquisador CNPQ				
	IES	Nome	Depto.	Cargo	Início	Instituição	Pais	Ano	Orientador	Doutorado Sandwich		Pós-Doutorado			
										Instituição	Ano	Advisor	Instituição	Inici	Fim
EPM	José Fernando Simão	Especialização	Professor convidado	2006	USP	BRASIL	2007	Tereza Ancona Lopes							
EPM	José Maurício Conti	Iniciação Funcional	Monitor	2008	USP	BRASIL	2000	Regis Fernandes de Oliveira							
EPM	Luis Francisco Aguilari Cortez	Iniciação Funcional	Monitor	2003	USP	BRASIL	2004	Dalmo de Abreu Dallari							
EPM	Luiz Antonio Scavone Junior	Especialização	Professor convidado	2009	PUC-SP	BRASIL	2006	João Batista Lopes							
EPM	Marco Antonio Marques da	Especialização	Professor convidado	2004	PUC-SP	BRASIL	1996	Herminio Alberto Marques Porto							Universidade de Coimbra 2005 2005
EPM	Richard Paulo Pae Kim	Especialização	Monitor	2004	USP	BRASIL	2002	Odete Medauar							
EPM	Rodrigo da Cunha Lima Freire	Especialização	Professor convidado	2009	PUC-SP	BRASIL	2004	Jose Manoel de Arruda Alvim Netto							



**Consolidação da Proposta**  
**Orientação e Produção - Docente Permanente**

**EPM - ANTONIO RULLI NETO**

Carga Horária	na IES	no Programa	Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas					Produção Completa do Pesquisador							Participação em Projetos de Pesquisa em andamento				
				Graduação		Pós Graduação			Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical		Obras de Artes	Patentes	Softwares (1)	Protótipos (1)
				IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo	Inter.								
20	20		Não	1	15	10				14	2			2						

**EPM - CARLOS DIAS MOTTA**

Carga Horária	na IES	no Programa	Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas					Produção Completa do Pesquisador							Participação em Projetos de Pesquisa em andamento					
				Graduação		Pós Graduação			Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical		Obras de Artes	Patentes	Softwares (1)	Protótipos (1)	
				IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo	Inter.									Nac.
20	20		Não						1	1											

**EPM - CARLOS HENRIQUE ABRÃO**

Carga Horária	na IES	no Programa	Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas					Produção Completa do Pesquisador							Participação em Projetos de Pesquisa em andamento						
				Graduação		Pós Graduação			Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical		Obras de Artes	Patentes	Softwares (1)	Protótipos (1)		
				IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo	Inter.									Nac.	
40	40		Sim	2	3	5	3	2	5	5												

Pós Graduação  
 ESP- Especialização  
 MP - Mestrado Profissional  
 ME - Mestrado Acadêmico  
 DO - Doutorado

Graduação  
 IC - Iniciação Científica (Inclui Tutoria)  
 TCC - Trabalho de Conclusão de Curso (Inclui projeto final e monografia)





**EPM - JOSÉ RAUL GAVIÃO DE ALMEIDA**

Carga Horária	na IES	no Programa	Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas				Produção Completa do Pesquisador										Participação em Projetos de Pesquisa em andamento						
				Graduação		Pós Graduação		Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical	Obras de Artes	Patentes	Softwares(1)		Protótipos(1)					
				IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo									Inter.	Nac.			
20		20	Não		8						13		3					9	2					1

**EPM - JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE**

Carga Horária	na IES	no Programa	Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas				Produção Completa do Pesquisador										Participação em Projetos de Pesquisa em andamento						
				Graduação		Pós Graduação		Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical	Obras de Artes	Patentes	Softwares(1)		Protótipos(1)					
				IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo									Inter.	Nac.			
20		20	Não	1	26						13		6	9				13	5					

**EPM - MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO**

Carga Horária	na IES	no Programa	Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas				Produção Completa do Pesquisador										Participação em Projetos de Pesquisa em andamento						
				Graduação		Pós Graduação		Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical	Obras de Artes	Patentes	Softwares(1)		Protótipos(1)					
				IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo									Inter.	Nac.			
20		20	Não		81			8	1									32						

Pós Graduação  
 ESP- Especialização  
 MP - Mestrado Profissional  
 ME - Mestrado Acadêmico  
 DO - Doutorado

Graduação  
 IC - Iniciação Científica (Inclui Tutoria)  
 TCC - Trabalho de Conclusão de Curso (Inclui projeto final e monografia)

**EPM - MARCO AURÉLIO STRADIOTTO DE MORAES RIBEIRO**

Carga Horária	na IES	no Programa	Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas				Produção Completa do Pesquisador							Participação em Projetos de Pesquisa em andamento									
				Graduação		Pós Graduação		Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical		Obras de Artes	Patentes	Softwares	Protótipos					
				IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo									Inter.	Nac.			
40		40	Sim									1												

**EPM - MARCOS DE LIMA PORTA**

Carga Horária	na IES	no Programa	Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas				Produção Completa do Pesquisador							Participação em Projetos de Pesquisa em andamento										
				Graduação		Pós Graduação		Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical		Obras de Artes	Patentes	Softwares	Protótipos						
				IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo									Inter.	Nac.				
40		40	Sim		17		33					2													

**EPM - MARCUS VINICIUS DOS SANTOS ANDRADE**

Carga Horária	na IES	no Programa	Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas				Produção Completa do Pesquisador							Participação em Projetos de Pesquisa em andamento											
				Graduação		Pós Graduação		Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical		Obras de Artes	Patentes	Softwares	Protótipos							
				IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo									Inter.	Nac.					
40		40	Sim																							

Pós Graduação  
 ESP- Especialização  
 MP - Mestrado Profissional  
 ME - Mestrado Acadêmico  
 DO - Doutorado

Graduação  
 IC - Iniciação Científica (Inclui Tutoria)  
 TCC - Trabalho de Conclusão de Curso (Inclui projeto final e monografia)



**EPM – JOSÉ FERNANDO SIMÃO**

Carga Horária	na IES	no Programa	Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas						Produção Completa do Pesquisador							Participação em Projetos de Pesquisa em andamento				
				Graduação		Pós Graduação				Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical		Obras de Artes	Patentes	Softwares (1)	Protótipos (1)
				IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo	Inter.	Nac.								
12	12		Não		1					17	14		10							1	

**EPM – JOSÉ MAURICIO CONTI**

Carga Horária	na IES	no Programa	Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas						Produção Completa do Pesquisador							Participação em Projetos de Pesquisa em andamento				
				Graduação		Pós Graduação				Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical		Obras de Artes	Patentes	Softwares (1)	Protótipos (1)
				IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo	Inter.	Nac.								
12	12		Não	1	9	1		2	3	8	6		5							1	

**EPM – LUÍS FRANCISCO AGUILAR CORTEZ**

Carga Horária	na IES	no Programa	Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas						Produção Completa do Pesquisador							Participação em Projetos de Pesquisa em andamento				
				Graduação		Pós Graduação				Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical		Obras de Artes	Patentes	Softwares (1)	Protótipos (1)
				IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo	Inter.	Nac.								
12	12		Não		35					2	2										

Pós Graduação Graduação  
 ESP- Especialização IC - Iniciação Científica (Inclui Tutoria)  
 MP - Mestrado Profissional TCC - Trabalho de Conclusão de Curso (Inclui projeto final e monografia)  
 ME - Mestrado Acadêmico  
 DO - Doutorado

**EPM - LUIZ ANTONIO SCAVONE JUNIOR**

Carga Horária		Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas				Produção Completa do Pesquisador							Participação em Projetos de Pesquisa em andamento			
			Graduação	Pós Graduação			Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Música		Obras de Artes	Patentes	Softwares (1)
na IES	no Programa	IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo	Inter.				Nac.			
12	12	Não						15	3		17						1

**EPM - MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA**

Carga Horária		Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas				Produção Completa do Pesquisador							Participação em Projetos de Pesquisa em andamento			
			Graduação	Pós Graduação			Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Música		Obras de Artes	Patentes	Softwares (1)
na IES	no Programa	IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo	Inter.				Nac.			
12	12	Não						9	6		9		1				

**EPM - RICHARD PAULO PAE KIM**

Carga Horária		Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas				Produção Completa do Pesquisador							Participação em Projetos de Pesquisa em andamento			
			Graduação	Pós Graduação			Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Música		Obras de Artes	Patentes	Softwares (1)
na IES	no Programa	IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo	Inter.				Nac.			
12	12	Não			23		9	1	5		6		4				3

Pós Graduação Graduação  
 ESP- Especialização IC - Iniciação Científica (Inclui Tutoria)  
 MP - Mestrado Profissional TCC - Trabalho de Conclusão de Curso (Inclui projeto final e monografia)  
 ME - Mestrado Acadêmico  
 DO - Doutorado



**Consolidação da Proposta**  
**Orientação e Produção - Docente Colaborador**

**EPM – RODRIGO DA CUNHA LIMA FREIRE**

Carga Horária		Dedicação Exclusiva (S/N)	Orientações Concluídas				Produção Completa do Pesquisador										Participação em Projetos de Pesquisa em andamento
na IES	no Programa		Graduação		Pós Graduação		Livros		Periódicos		Trab. Compl. Anais	Apresentação de obra	Composição Musical	Obras de Artes	Patentes	Softwares(1)	
		IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*	Completo	Capítulo	Inter.							Nac.
12	12	Não	1	89	41	1		7	12		9	1					

Pós Graduação      Graduação  
 ESP- Especialização      IC - Iniciação Científica (Inclui Tutoria)  
 MP - Mestrado Profissional      TCC - Trabalho de Conclusão de Curso (Inclui projeto final e monografia)  
 ME - Mestrado Acadêmico  
 DO - Doutorado